



DEPOIMENTO

SYLVIO RÔMULO GUIMARÃES DE ANDRADE

Em 2003, servidor aposentado da Câmara dos Deputados. Entre outras atividades na Casa, exerceu os cargos de diretor da Coordenação de Administração de Edifícios, diretor da Coordenação de Serviços Especiais e chefe de gabinete da Liderança do PDS.

ENTREVISTADORES:

Glória Varela e Pedro Ivan Pellegrini

LOCAL:

Brasília

DATA:

8/8/2003

DURAÇÃO:

2 horas, 8 minutos

TÓPICOS:

Posse na Câmara; reforma administrativa da Câmara dos Deputados em 1971; dedicação e qualificação dos servidores da Casa; diretores da Casa; dificuldade de moradia e transportes no início de Brasília; manutenção dos prédios da Câmara; reforma no Anexo I; resistência do presidente Aduacto Lúcio Cardoso às interferências do governo militar em 1966; cassação do deputado Márcio Moreira Alves, em 1968; aproximação de servidores e deputados; troca de tiros entre deputados; sua vida de estudante e a ascensão profissional.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Sr. Sylvio, para nos situarmos melhor peço que o senhor conte resumidamente sua história na Câmara dos Deputados – quando ingressou, que função exercia, progressão funcional – para entendermos o seu envolvimento com os parlamentares, com a Casa etc.

O SR. SYLVIO RÔMULO GUIMARÃES DE ANDRADE – Meu nome é Sylvio Rômulo Guimarães de Andrade. Nasci em Manhumirim, estado de Minas Gerais, no dia 26 de janeiro de 1936. Sou técnico em contabilidade. Vim para Brasília para tomar posse porque passei num concurso da Câmara dos Deputados.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Em que ano o senhor veio para Brasília?

O SR. SYLVIO RÔMULO GUIMARÃES DE ANDRADE – Vim para Brasília em 1964. Tomei posse na Câmara em 18 de agosto de 1964 – daqui a onze dias completo 39 anos de serviço. Antes de ingressar na Câmara dos Deputados, eu era militar, sargento do Exército. Fiz o concurso e fui aprovado. Foi uma boa hora, porque foi logo depois da Revolução e estava havendo uma grande alteração nos quadros militares.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – O senhor abandonou a...

O SR. SYLVIO RÔMULO GUIMARÃES DE ANDRADE – Eu não interrompi, porque no mesmo dia em que tomei posse eu consegui fazer o licenciamento do Exército. Então, foi contado o tempo de serviço, inclusive para licença especial, porque era serviço federal. Já entrei para a Câmara com nove anos e oito meses de serviço.

Quais foram os cargos que eu ocupei? Eu vim para a Câmara e fui designado para trabalhar na Diretoria do Patrimônio, cujo diretor era o Dr. João Rodrigues Leal. No Departamento só havia duas seções – a de compras e a de material. Em 1966 fui trabalhar com o Dr. José Bonifácio, na Segunda-Vice-Presidência. Em 1967 fomos para a Primeira-Vice-Presidência; em 1968 e 69 fomos para a Presidência; em 1970 ele foi para a Comissão de Constituição e Justiça, e eu fui junto. Em 1971 ele não ocupou nenhum cargo na Mesa, e eu fui para a Primeira-Vice-Presidência.

Nessa época, a Câmara havia criado uma comissão para fazer uma reforma administrativa. Então, fui para a Primeira-Vice-Presidência, como oficial de gabinete, com a missão de participar da reforma administrativa da Câmara, cujo resultado foi a Resolução nº 20, de 30 de novembro de 1971. Muito me orgulho de ter participado daquela comissão como datilógrafo – dei meus pitacos. Essa resolução está

em vigor até hoje. Depois disso, fui ser encarregado de serviços gerais. A seção foi transformada em Coordenação de Serviços Especiais, e eu fui elevado à condição de diretor. De lá fui para a Coordenação de Administração de Edifícios e depois para a Liderança do PDS, onde fui chefe de gabinete, cargo no qual me aposentei.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Fale-me um pouquinho sobre a Resolução nº 20, de 1971 – que o senhor disse que deu alguns pitacos. Havia liberdade para um funcionário se manifestar?

O SR. SYLVIO RÔMULO GUIMARÃES DE ANDRADE – A Mesa incumbiu o primeiro-vice-presidente, o então deputado Luís Braga, de fazer essa reforma administrativa – a responsabilidade era dele. No Rio de Janeiro... – vou dizer alguma coisa que sei daquele tempo, se é que ainda me lembro. No Rio de Janeiro a Câmara era bem pequenina, tinha duzentos e poucos funcionários, os deputados não tinham gabinete, só funcionavam as comissões e o Plenário. A Câmara veio para Brasília e teve que começar a criar setores. A parte administrativa cresceu muito: transporte, atendimento ao parlamentar. Quando chegaram aqui, os parlamentares não tinham gabinete. Era uma luta muito grande, porque os deputados utilizavam os gabinetes dos membros da Mesa e dos presidentes de comissão. Era onde faziam todo seu trabalho quando estavam em Brasília. Não havia apartamentos para os deputados, muitos moravam em repúblicas, moravam quatro, cinco deputados numa república.

A Câmara precisava atualizar a sua administração. Havia muitos setores incipientes, havia quadros suplementares e a Câmara se orgulhava muito de que não havia ninguém admitido que não fosse por concurso. O quadro efetivo da Câmara não tinha ninguém que não fosse concursado. Todos os funcionários eram admitidos por concurso.

A respeito disso vou dar um depoimento importante: em 1964, o presidente da República era o general Castelo Branco, um homem muito sério, muito cioso. Sempre houve no serviço público, de modo geral, o interesse de, talvez por inveja, igualar-se à Câmara. Falava-se muito em paridade, paridade, paridade... Em 1964, logo depois que o presidente Castelo Branco assumiu a Presidência, mandou para a Câmara um projeto de lei instituindo a paridade no serviço público. Todos os motoristas iriam ter o mesmo salário, todos os datilógrafos iriam ter o mesmo salário, para todos que tivessem a mesma função, o salário seria um só em todo o serviço público, fosse Executivo, Legislativo ou Judiciário. O deputado José Bonifácio era o primeiro-secretário, como já disse no depoimento. Não falei no depoimento, mas

uma hora dessas vou deixar isso bem claro: o deputado José Bonifácio tinha um cuidado muito grande com a Câmara e com seus funcionários. Foi eleito deputado em 1946, ficou até 1978 se reelegendo, nunca aceitou nenhum cargo executivo fora da Câmara. Nunca quis ser nada a não ser deputado. Conhecia profundamente o prédio da Câmara, os funcionários, os pais dos funcionários que tinham sido funcionários. Tinha um cuidado muito grande com tudo isso; a instituição era, para ele, merecedora de um cuidado extremo. O deputado José Bonifácio, como já disse, era primeiro-secretário e recebeu uma mensagem do Poder Executivo dizendo que fosse votada uma lei instituindo a paridade. Pediu uma audiência ao presidente da República, foi ao presidente Castelo Branco, e quando estava pessoalmente com ele, disse: “Presidente, o senhor é um homem muito sério, o senhor é um homem muito correto. Eu não vou deixar o senhor cometer uma injustiça dessa. Na Câmara não tem nenhum funcionário que não tenha sido admitido por concurso. No Executivo é assim? No Judiciário é assim?” O presidente mandou retirar a mensagem. Isso foi em 1964. Muito bem. Eu estava dizendo de 1966, não é?

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – O senhor estava contando sobre a Resolução nº 20.

O SR. SYLVIO RÔMULO GUIMARÃES DE ANDRADE – Ah, a Resolução 20. Muito bem. A Câmara tinha os quadros suplementares, os PLs 13, que era o pessoal de secretaria, mas era marido de funcionária, ou esposa de funcionário, porque muitos funcionários não quiseram vir para Brasília. Então, a Câmara não tinha como exercer muitas funções se não ampliasse seu quadro. O pessoal de limpeza, os PLs 16, muitos funcionários da garagem. Então, a Câmara criou quadros suplementares. Isso precisava ser resolvido. Como é que se resolve isso? Tem que se criar cargos, funções. Então, a primeira preocupação foi fazer a estrutura administrativa da Câmara. A Resolução 20 trata da estrutura administrativa e, depois, trata do pessoal, das funções, de cada chefe de seção, de cada encarregado de coordenação, de cada diretor. Está tudo especificado nessa resolução. Foi um trabalho muito grande. Não foi melhor – vou ser honesto em dizer –, por quê? Porque estamos lidando com pessoas. Cada cabeça, uma sentença. Fico muito orgulhoso de ver, hoje, o Centro de Documentação e Informação, que naquele tempo era a Biblioteca. Chamava-se Biblioteca. Nós criamos isso. Por quê? Nós tivemos o apoio do pessoal da Biblioteca. Em 1971 já pensávamos nessa área da informática. Não havia computador no Brasil, mas já pensávamos que um dia poderia acontecer algo que iria mecanizar esses serviços. A estrutura do Centro de Documentação é muito boa por quê? Porque tivemos todo o apoio; todas as perguntas, tudo que queríamos saber, eles informaram, e outros setores da Câmara não acreditavam. O Dr. Geraldo

Andrade Verneck era o diretor-geral substituto. Chamava-me de parente, porque eu também era Andrade, também era mineiro. Um dia fui levar para ele a folha de extraordinário nossa. Éramos poucos funcionários que trabalhávamos nessa reforma. Efetivos eram uns quatro ou cinco. Havia outros que ajudavam com trabalhos manuais. Éramos Íris, Marialba, Déia, o Walter e eu. Nós cinco que éramos os efetivos nesse serviço. Ficávamos dia e noite por conta disso. Arrumamos um cantinho na Biblioteca e ficávamos trabalhando lá. Pedíamos informações aos diversos setores da Casa: “Como é que funciona a Comissão de Constituição e Justiça?” Eu sabia um pouco porque tinha trabalhado na Comissão. “Como é que funciona o Patrimônio?” Alguns davam boas informações, outros não davam: “Ah, isso não vai levar a nada. Esse povo está lá para ganhar extraordinário...”

Então, fui levar a folha do extraordinário para o Dr. Verneck, porque o diretor-geral tinha viajado, não estava em Brasília, e ele tinha que autorizar a contabilidade a pagar o extraordinário que fazíamos. Olhou para mim e disse: “Você está nessa comedoria, não é?” Então, era esse o clima que havia.

Foi um susto muito grande quando, de agosto para setembro de 1971, apresentamos um esboço para o primeiro-secretário e fez-se uma reunião da Mesa. Tínhamos um apoio muito grande, mas muito grande, do Dr. Luciano Brandão Alves de Souza. Ele mandou a Dra. Atir, que era diretora também, muito competente, que nos acompanhasse de perto, embora fôssemos lotados na Primeira-Vice-Presidência. O chefe de gabinete era o Dr. Sebastião Correia Côrtes, que também era exigente, exigia a presença de todos nós. A Dra. Atir acompanhava *pari passu*. Quando surgia alguma dúvida, alguma coisa, o Dr. Luciano fazia questão de vir ao gabinete do deputado Luiz Braga, sentava com o vice-presidente, com a Dra. Atir, conosco – às vezes –, e perguntava os porquês.

Apresentamos o esboço, houve a reunião da Mesa; depois, a Mesa aprovou e foi para o Plenário. No fim da sessão legislativa, em 30 de novembro, foi aprovada a resolução.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Até então não existia uma resolução determinando a função de cada órgão?

O SR. SYLVIO RÔMULO GUIMARÃES DE ANDRADE – Existia a Resolução 64, se não me engano. Não me lembro o número da Resolução. Mas era bem incipiente, era ainda remanescente da Câmara [do Rio de Janeiro], com alguma “coisinha” de Brasília, porque ela era, me parece, de 1962, por aí. Era um ato da Mesa baixando essa Resolução, que criava os quadros suplementares. Então, a

Câmara precisava se atualizar, acabar com os quadros suplementares, abrir concurso, promover a melhoria do quadro funcional. Foi isso o que aconteceu – houve essa Resolução.

Depois disso fui para os Serviços-Gerais, depois fui para a Coordenação de Serviços Especiais e me aposentei como chefe de gabinete da Liderança do PDS.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Vamos falar sobre os fatos mais marcantes que o senhor viveu na Câmara dos Deputados como funcionário.

O SR. SYLVIO RÔMULO GUIMARÃES DE ANDRADE – Minha memória não dá para isso tudo, não.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Dá, sim.

O SR. SYLVIO RÔMULO GUIMARÃES DE ANDRADE – Vou ver se me lembro de algo.

Um fato foi esse que citei, do projeto de paridade. Por quê? Porque o presidente Castello Branco era um homem muito sério. Assumiu a Presidência da República num momento de muita dificuldade no país e se mantinha numa posição muito militar – que ele era, não é? – tinha uma posição castrense, muito firme. Não dava muita conversa, muita bola, não. Era o presidente da República: “Eu sou o mandatário e acabou.” Ninguém acreditava que algum deputado pudesse ir lá, como o deputado José Bonifácio, que foi tratar daquele assunto com ele diretamente, com o presidente Castello Branco. E ele retirou a mensagem da paridade.

Esse foi um fato.

Pude presenciar outros fatos. Por exemplo: com a Revolução de 64 foram extintos os partidos políticos, e logo que entrei na Câmara havia aquele burburinho muito grande; só havia dois partidos, a Arena e o MDB. Então, era uma confusão muito grande, porque havia gente do PSD e da UDN no mesmo partido. Aconteceram fatos interessantes.

Em 1966, o deputado Israel Pinheiro se elegeu governador de Minas Gerais. Quais eram os critérios para nomeação dos cargos políticos, os cargos indicados politicamente em Minas Gerais? Criou-se um critério muito interessante, que foi discutido aqui na Câmara. A indicação era feita pelo deputado federal e pelo deputado estadual mais votado da cidade, não importava de que partido fosse, desde que fosse da Arena, é claro. Se o deputado federal fosse do PSD e o estadual fosse da UDN,

tinham que se entender para nomear a pessoa. Isso moralizou muito, porque as nomeações eram feitas obedecendo o Diário Oficial. “Vou nomear o Seu João porque foi o primeiro colocado no concurso para professor”. Não adianta querer nomear a Dona Tereza, porque foi a quarta colocada. Então, o próprio deputado, que era majoritário dizia: “Não, o meu candidato é o quarto. Quando chegar a vez dele, vai ter que ser nomeado.” Isso foi discutido aqui na Câmara dos Deputados.

Outro fato interessante que eu posso dizer é que hoje fico muito triste quando vejo algo que acontece com a Instituição – porque sou apaixonado pela Câmara, dediquei-me muito, trabalhei muito e considero que não fiz nada mais que a minha obrigação. Por isso, talvez, eu não tenha curso superior.

Quando vim para Brasília, em 1964, havia uma dificuldade muito grande de habitação para funcionário. E a Câmara colocava em todas as notícias de concurso: “A Câmara não se responsabiliza no presente nem no futuro com referência à moradia.” E eu deixei em Belo Horizonte esposa e dois filhos pequenos. Eu ia lá toda semana. Ficávamos naquela luta para conseguir um apartamento. Por isso que, depois, quando estava no ministério, fiz questão de renovar o convênio da parte habitacional.

Aquela dificuldade grande de habitação era muito complicada. Consegui um apartamento porque vendi um carro e dei um ágio num apartamento de quarto e sala. Naquele tempo acho que era cruzeiro – 500 mil cruzeiros. Para poder trazer a família para cá, vendi um carro, um Gordine zero, que eu tinha comprado há uns quatro ou cinco meses.

O meu projeto era trabalhar na Câmara, crescer na Câmara, era ser algo na Câmara, e muitos colegas meus – não estou falando mal de ninguém – cumpriam sua obrigação na Câmara e saíam para fora para estudar, porque o nosso horário de trabalho era um expediente só. Então, muitos podiam estudar pela manhã na UnB; depois, em outras universidades que foram aparecendo em Brasília. Eu, não! Fui trabalhar com o deputado José Bonifácio sabendo que ele era notívago. Quando saíamos cedo da Câmara eram 2h30, 3 horas da manhã. Ele chegava às 10, 10h30, 11 horas, e a correspondência pessoal dele estava quase toda pronta para ele assinar.

Eu não tinha dinheiro para comprar carro. A família em Belo Horizonte, eu tinha despesa lá e despesa aqui; ia toda sexta-feira e voltava domingo. Então, o que acontecia? Não tinha carro e tinha que vir de ônibus, e o ônibus da Câmara às vezes passava muito cedo, e eu morava de favor na casa de um irmão. Eu tinha que ir para o “Eixinho” para pegar o ônibus e vinha, muitas vezes, de carona. Sou muito grato a

alguns colegas, gosto muito deles. Carona em Brasília era uma instituição – alguém dava com a mão e o carro parava. E eu vinha. E vinha cedo. Quando os funcionários chegavam às 9 horas para o expediente da Câmara, eu já estava com muitos assuntos prontos para serem datilografados; eu mesmo datilografava quase tudo. Eu não tinha vida pessoal, não. O negócio era a Câmara dos Deputados, mesmo. O deputado José Bonifácio chegava às 10 horas da manhã. Eu ia com ele, que morava na 107; eu morava na 308, na casa do meu irmão. Saíamos daqui ao meio dia e meia, para almoçar, íamos lá e ele abria a sessão à uma hora. Era meia hora para ir, almoçar e voltar. Jantar, quantas vezes que eu... E, depois, quando a minha família estava aqui também, eu já estava acostumado a trabalhar assim com ele e ficava junto com ele o tempo todo, integral.

Um dia ele perguntou para a minha esposa assim: “Você gosta muito que o Sylvio trabalhe comigo – o seu marido, não é?” E ela disse: “Eu não tenho marido.” Talvez isso para mim seja motivo de orgulho. E depois, em outros cargos, quando fui para a Coordenação de Serviços Especiais, toda essa estrutura de prestação de serviços da Câmara: a Seção de Instalação de Equipamentos, a Seção de Engenharia, a Seção de Administração de Edifícios e a Seção de Habitação. Nessa Seção de Instalação de Equipamentos tinha toda parte de hidráulica, telefonia, ar condicionado. E há de ver que em muitos setores da casa você pode mexer à noite ou no fim de semana. Então, eu fazia a programação para trabalhar no fim de semana na parte hidráulica. Eu tinha que acompanhar porque tinha que trazer lanche para o pessoal, arrumar condução para ir até à rodoviária, para quem morasse em Taguatinga ou onde fosse. Passei muito fim de semana aqui dentro. E nessa função era responsável também por essa parte de defesa contra incêndio. Mesmo depois de eu ter deixado a Coordenação, às vezes me telefonavam para dizer que faltava água no Bloco I da 111. Eu falava: “Ah! Aquela bomba até hoje está dando problema; tem que levar um carvãozinho e trocar o carvãozinho da bomba.” “Como é que você sabe?” “Pega um bombeiro aí, pega um eletricista, eu passo com o meu carro aí na Câmara, levo ele lá e conserto.” A gente vai acostumando.

A respeito disso, há um fato muito interessante. Nós na Câmara temos um quadro funcional da melhor qualidade! Temos pessoas aqui que se dedicaram integralmente à Casa com muito amor. Queria falar um pouquinho do Dr. Luciano Brandão Alves de Souza, que foi diretor-geral e foi o primeiro funcionário a ser ministro do Tribunal de Contas. Com toda simplicidade, ele comandava e fazia a gente trabalhar. E a gente trabalhava mesmo! O negócio não era brincadeira, não! A coisa era dureza!

Pois bem, queria falar do tempo que ele era diretor-geral. Eu estava na Coordenação de Serviços Especiais e comecei a levar alguns sustos porque eu não tinha nenhuma formação de engenharia, e cada coisa que acontecia, para mim era um absurdo maior do mundo. Aí tive de aprender. E fui aprendendo lá! Com a chave de fenda na mão! O sistema de ar-condicionado do edifício principal era o mesmo do Senado, o quadro de energia elétrica era um só, a tubulação de água gelada era uma só. O Senado quando quis fazer a tubulação de água gelada para botar ar-condicionado no 27º andar, houve um problema de vasos comunicantes. Eu aprendi: “vasos comunicantes”, termo de Engenharia. Por quê? Porque eles colocaram água lá no 27º andar, inundou o nosso plenário e faltavam dois dias para abertura da sessão legislativa. E aí eu tive com o Dr. Pfeifer, que era o engenheiro da firma de ar-condicionado... – Acho que ele é pai dessa menina que é artista famosa, a Pfeifer. É, Brasília tem história! – ...e eu com o Dr. Pfeifer. Eu, louco! Mandava para o plenário levar e levar de funcionários da limpeza para enxugar o chão e tal. “De onde é que está saindo essa água?” E nós descobrimos, então, que era na caixa de expansão do ar-condicionado do plenário. “Mas de onde é que está vindo? De onde é que não está vindo?” Quando foi um dia, nós dois passávamos pelo subsolo, pela casa de máquinas, vimos um lugar onde se podia manobrar a tubulação d’água. Ele tinha conversado com o colega dele um dia ou dois dias antes, e o sujeito havia dito: “Está quase pronto o ar-condicionado do Senado, nós estamos fazendo teste de água gelada.” Quando ele viu aquilo, ele deu um grito: “Sylvio, matamos a charada!” Eu disse: “Que charada?” “Se fechar isso aqui...” A água nossa era a mesma do Senado, nunca fecharam. “Vamos fechar esse troço aqui.” E nós dois metemos a mão naquela... como é que chama aquilo? Era grande, era um volante grande. [O entrevistado se refere ao registro que regula a passagem da água.] Nós metemos a mão naquilo, botamos umas chaves, uns negócios e fechamos aquela porqueira. E falamos para o cara do Senado: “Faz um teste para a gente ver.” Ele fez e não vazou do lado de cá. Aí eu fui ao Dr. Luciano e falei: “Matamos a charada”. Eu e o Dr. Pfeifer sujos; nós dois sujos porque estávamos lá no subsolo, não é? Felizes da vida, não é? Chegamos ao Dr. Luciano: “Matamos a charada”. Para secar o plenário, colocamos lâmpadas de 200 watts, 180 watts. Para secar o tapete, ali no começo das galerias. Estava tudo encharcado de tanta água que entrou. Então, eu aprendi assim, e fui conhecendo as coisas e me assustando.

Um dia houve um problema na casa de força. Deu um curto lá. Corre-corre, “Chama o pessoal lá!” O meu pessoal da eletricidade foi, e alguém chegou para mim e disse: “Queimou a fenolite!”. Eu não sabia o que era fenolite, meu Deus, e fui descobrir que era para fazer a proteção; era um isolante, não é? E aí o cara disse: “Temos que

fechar isso aqui com arame!” Peças, chaves, chaves grandes, chaves para comandar a iluminação do plenário, amarradas com arame, fios e cabos... Lá nos serviços gerais temos todas as fotografias desse processo, nós fotografamos tudo. Os cabos amarrados com arame passando dentro da água! Deu um curto tão violento que queimou a fenolite! Fenolite é uma madeirona grossa de dois ou três centímetros. Queimar? Queimou a madeira! Eu tenho a fotografia de um ventilador grande que tivemos que ligar para ficar assoprando em cima do quadro de força para não esquentar. “Mas, meu Deus do Céu!” E aí o Dr. Luciano entrou na história, não é? O Dr. Luciano, muito jeitoso, muito inteligente. O presidente da CEB era o Dr. Aloísio de Carvalho, engenheiro, mineiro de Itajubá – os engenheiros da CEB quase todos eram de Itajubá –; toda hora estávamos chamando-o para nos ajudar na Câmara para mexer nessas coisas. O Dr. Luciano queria resolver esse problema. Então, tivemos a idéia de criar uma comissão. Trazer a CEB para dentro da Câmara. A CEB não queria de jeito algum; se não, ela teria que fazer manutenção em Brasília inteira; tudo era serviço público em Brasília! Então, criamos esse subterfúgio, criamos uma comissão. Mas... para sensibilizar o Dr. Aloísio? Ele já tinha conversado muito com o Dr. Paulo Victor, que era o diretor técnico da CEB, um engenheiro muito famoso; com o Jean Franco Kani, engenheiro da Presidência, um sujeito espetacular, um italiano muito bom em eletricidade. Então, eles vinham aqui e ajudavam a gente. Mas vinham esporadicamente, não vinham oficialmente. O Dr. Luciano fez uma reunião com o Dr. Aloísio e com esse pessoal da CEB – o Dr. Jean Franco e o Dr. Paulo Victor. O Dr. Paulo Victor, hoje, é o presidente do Metrô, não é? Paulo Victor Rada de Resende. Todos eles de Itajubá, mas o Jean Franco não, esse era italiano. Então, ele trouxe para a reunião o Dr. Aureliano Chaves. O deputado Aureliano Chaves, que tinha sido professor deles lá em Itajubá! Ah, em ano militar, ficamos por cima da carne seca! Aí, criou-se a comissão em 1973. Criou-se uma comissão da CEB, para a regularização e ampliação de todo o sistema de energia elétrica da Câmara dos Deputados. Era o Dr. Paulo Victor Rada de Resende, era o Jean Franco, e o Sylvio Rômulo Guimarães de Andrade. E eu acho que essa comissão não foi desfeita. Eu ainda sou membro dessa comissão, que até hoje não foi desfeita – o Dr. Luciano conseguiu isso. Então, o que eu tinha? Eu tinha minha equipe da Câmara e eu tinha a equipe da CEB. Eu era membro da comissão lá; nessa comissão, lá, eu evitava muito a parte burocrática. Então, quando tinha problemas sérios aqui, eu trabalhava com três equipes, 8 horas com cada uma: 8 horas com o pessoal da Câmara e 8 horas com o pessoal da CEB. E através da CEB eu contratava uma firma prestadora de serviços de manutenção ou de qualquer coisa; eu podia dispensar licitação, porque a CEB é serviço público, e eu fazia serviços sábados e domingos. Uma vez houve, realmente, um problema muito sério no plenário e queimou uma chave dessas fa-

mosas. E eu montei este esquema: pessoal da Câmara, pessoal da CEB e uma firma contratada. Na sexta-feira, mais ou menos umas 5 horas da tarde, o Dr. Luciano me chamou e falou: “Queimou, deu problema lá!” Aí começaram: “Nunca a Câmara se reuniu [em local] que não fosse em seu plenário. Onde a Câmara irá se reunir segunda-feira?” O Dr. Luciano me chamou e disse: “Carta branca!” Aí eu chamei o pessoal da CEB, o Dr. Paulo Victor, o Jean Franco, o Gerson, os outros engenheiros. Arrancamos os paletós e as camisas e nos enfiamos dentro da casa de força, com o meu pessoal também: “O que é que foi?” “Não... Precisa disso...” “Chave... não sei o quê... tal... tal e tal.” “Faz a lista aí!” “O que a CEB tem?” “Tem isso, tem aquilo e tal...” Mas faltava uma chave. “Tem o telefone da Eletromar?” “Tem.” “Acha o Rafael Gigliotti no setor Rio.” Achou o Rafael Gigliotti. “Quero duas chaves dessas. Põe no avião. Vou pegar...” Tinha um avião noturno da Varig, chegava aqui meia-noite, uma hora da manhã. “Eu vou para o aeroporto buscar.” No sábado chegou essa chave à meia-noite. Quando foi segunda-feira, nove e meia, dez horas da manhã, eu fui ao diretor-geral, já tinha uns três dias que eu não dormia, sujo: “Dr. Luciano, o senhor vai lá ligar a chave. Que agora já pode funcionar.”

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Dr. Sylvio, parece que essa separação dos circuitos elétricos e hidráulicos da Câmara e do Senado foi realmente um acontecimento, não é? O senhor participou desse processo?

O SR. SYLVIO RÔMULO GUIMARÃES DE ANDRADE – Não, porque... Eu participei só desse problema da água. Já existiam quadros separados. Eu disse que era um só porque eles foram separando. E nesse dia nós separamos a água gelada. Nós já tínhamos toda a tubulação, todo o equipamento, mas tinha essa intercomunicação que ficou desconhecida. A propósito de sua pergunta eu vou dizer uma coisa importante: toda vez que você quer mexer na sua casa ou na casa de qualquer um de nós, você vai fazer um buraco no chão: “O que passa aqui? Passa alguma tubulação?” Como é que você faz? Você pega a planta e olha. E quando você não tem a planta? Ou você vai perguntar para quem fez, ou você vai ter que ir fazendo um buraco bem com jeito para não furar nenhum tubo, não é? A Câmara foi admitindo algumas pessoas que tinham trabalhado no prédio, não sabe? Então, a gente queria mexer aqui... “Pode quebrar essa parede que não tem problema”. A gente quebrava porque estava confiando na palavra dele. Depois nós fomos fazendo junto com a Novacap e tal, fomos pegando as plantas e cuidando de fazer uma mapoteca das plantas da Câmara, que não tinha muita coisa, não. Brasília foi construída a toque de caixa. “Faz!” e “VRUUMMM!!!” Este prédio aqui. Eles fizeram a estrutura metálica, depois construíram o prédio. E tem um sistema – o Carlos Henrique sabe; ele é dessa área de engenharia – que chama caixaão perdido. Entre um andar e outro do

Anexo 1, as estruturas de madeira não foram recuperadas, porque se fazia a laje em baixo, botava a madeira em cima e fazia a laje do piso do outro andar, a madeira ficava... chama caixão perdido. É cheio de madeira ali, por causa da pressa de fazer. “Tem que fazer! Tem que ficar pronto!” Faziam! E fizeram o sistema de caixão perdido. O que tem de madeira ali é uma beleza, não é? A minha preocupação principal naquela área – a minha equipe era espetacular. A equipe que trabalhou comigo, eu faço questão de dizer que eu era o mais burro. Eu faço questão de dizer que eu era o menos preparado. Eu faço questão de dizer que eu era o caso que não tinha condições de discordar de ninguém. A minha preocupação principal era escolher as pessoas que iam trabalhar comigo: os arquitetos, os engenheiros, os chefes de seção. Eles todos tinham que ser melhores do que eu. E eram! E nós trabalhávamos muito! Vou contar um “casinho”. Eu era o responsável pela parte do incêndio. Eu não quero assustar ninguém, mas o carro do Corpo de Bombeiros não encosta no Anexo I da Câmara, não. Primeiro porque o piso do laguinho não suporta. O carro de água mais leve do Corpo de Bombeiros pesa 80 toneladas e ali não suporta esse peso. Aquela passarela, então... muito menos! Não foi feita para passar carro. Mesmo que ele encostasse, a escada Magirus só vai até o 13º andar e aí são 27. Vai dormir com um barulho desses! Já pensou? Aí nós começamos a criar, a criar, a tomar cuidados, a tomar cuidados: com a parte de instalação elétrica, com os objetos, com as coisas, com as salas, com a ocupação das salas – como iria ser feito. As caixas de escada eram todas de madeira, que foi trocada por pastilha; foi colocado *sprinkler*, foi colocado porta corta-fogo. Eu fico muito triste quando eu chego no Anexo I e vejo aquelas portas corta-fogo abertas. É como você chegar na sua casa, você põe na sua casa um portão muito bonito, um cadeado deste tamanho e nunca tranca o cadeado, deixa aberto e põe uma seta para o ladrão: “A entrada é aqui.” “Mas ele não vai entrar, não vai entrar!” Você gasta dinheiro, faz uma porta daquelas, corta-fogo pra salvar vida. A primeira coisa que o cara faz é colocar um pedacinho de papel debaixo para ele deixar aberta para ele poder descer. Ah, me desculpe! O aproveitamento da água do laguinho: nós colocamos caixas d’água em diversos andares do Anexo I. Se você der alarme de incêndio, automaticamente essas bombas entram em funcionamento e vão chupando água – as caixas já ficam cheias – do laguinho para as mangueiras de incêndio do Anexo I. Nunca vai faltar água, a não ser que acabe a água todo do lago. Está certo? São coisinhas assim de pessoas inteligentes que trabalham. Não fui eu que fiz não! Eu assinava, não é? “Vamos fazer?” “Vamos fazer!” “Precisa fazer?” “Precisa fazer.” “Vamos fazer!” “Arrumar dinheiro a gente arruma, isso não é problema.” “Eu vou ao diretor-geral, eu vou ao presidente da Câmara, eu vou aonde for... dinheiro a gente arruma para fazer. Vamos fazer.”

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Sr. Sylvio, o senhor está contando diversos casos todos ligados à parte administrativa, à parte de manutenção, não é?

O SR. SYLVIO RÔMULO GUIMARÃES DE ANDRADE – É.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Politicamente, o senhor se lembra de algum fato marcante que o senhor tenha presenciado aqui na Câmara?

O SR. SYLVIO RÔMULO GUIMARÃES DE ANDRADE – Lembro, tenho sim. Em 1966, o presidente da Câmara era o deputado Aducto Lúcio Cardoso. Mineiro de nascimento e eleito pelo Rio de Janeiro, era o presidente da Câmara. Era um homem muito sério, muito cioso da responsabilidade dele. E nós estávamos naquele processo ainda do regime militar, começando, não é? Eu estava fora de Brasília com o Dr. José Bonifácio. Estava viajando em campanha eleitoral – ele só andava de carro. Eu estava com ele, quando o presidente Castelo Branco o chamou ao Rio de Janeiro. Nós estávamos ali, por Barbacena, que era a terra dele, a cidade dele. Ele foi ao Rio e voltou no outro dia; nós nos encontramos em Juiz de Fora. Quando chegou em Juiz de Fora já tinha um recado para ele voltar. Ele indo e voltando, naquela confusão toda. E houve o fechamento do Congresso. E o Aducto Lúcio Cardoso renunciou à Presidência. Foi um fato muito, muito importante.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – O senhor acha que isso foi assim, politicamente falando, o fato mais grave, mais marcante de todo esse período em que o senhor trabalhou na Câmara?

O SR. SYLVIO RÔMULO GUIMARÃES DE ANDRADE – Que eu tenha participado, sim. Porque eu estava viajando com o José Bonifácio – eu que vinha dirigindo o carro. Nós fomos pegos de surpresa. O motorista não agüentava mais. Era o Baianinho, o apelido dele. Ele tinha ido duas vezes ou três vezes ao Rio, saindo de Juiz de Fora, saindo de Barbacena. E eu aproveitei que ele tinha viajado, fui ver minha família em Belo Horizonte. Então, eu estava em Belo Horizonte quando eu recebi a notícia. O filho dele, que é deputado hoje, o Bonifácio de Andrada, era o presidente da Assembléia de Minas. E o Andradinha, que eu tinha intimidade com ele, me chama: “Vem pra cá correndo”. Eu fui para lá, e, daí a pouco, o José Bonifácio chegou e: “Só vou tomar um banho, vou comer e vamos para Brasília”. E eu passei correndo na casa do meu sogro, porque eu estava hospedado lá, peguei e fiz uma malinha e fui para a Assembléia encontrar com o Dr. José Bonifácio. E nós viemos jantar em Três Marias. Eu, ele e a Dona Vera – a esposa dele viajava sempre com ele. Quando nós chegamos no carro, o Baianinho estava dormindo no volante do carro. Alguém tinha que assumir, não é? Aí eu peguei o volante do carro e trouxe

o carro aqui para Brasília. Nós chegamos aqui de madrugada e fomos direto para casa do – deixamos Dona Vera em casa – deputado Aducto Cardoso. Foi um momento muito importante para a Câmara, muito importante. Os militares querendo tomar posse inclusive do prédio. Aí teve que ter muita habilidade. O diretor-geral, Dr. Luciano, muito hábil, o Dr. José Bonifácio também com muita habilidade, com muito jeito, para superar aquela crise. Depois, o Dr. Aducto... o governo reconheceu a competência dele, a capacidade dele. Ele foi nomeado ministro do Supremo, se aposentou como ministro do Supremo, Dr. Aducto Lúcio Cardoso. Mas foi um momento de muita dificuldade para a instituição, porque havia um processo legislativo de eleição, de renovação de mandato. Foi em 1966, eu não tenho o mês certinho, mas já bem perto de outubro, porque a gente já estava em campanha eleitoral, não é? Foi muito... Não sei se talvez tenha sido o fato mais importante que eu tenha presenciado. Sob certa ótica, sim; sob outra, não. Por quê? Porque eu estava na Presidência da Câmara quando houve a cassação do Márcio Moreira Alves, que também foi um outro processo muito, muito, muito, muito complicado, que marcou muito a Casa na parte política. Gosto muito de lembrar dos fatos administrativos e de me lembrar dos fatos mais alegres. Na minha memória não há lugar para tristeza.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Esses fatos administrativos de que o senhor falou tiveram bastante repercussão na vida dos funcionários, não é?

O SR. SYLVIO RÔMULO GUIMARÃES DE ANDRADE – Muito, muito, muito, muito. Vou citar aqui um outro fato interessante. O Dr. José Bonifácio era primeiro-vice-presidente, e havia um funcionário nosso da Câmara fazendo um curso no exterior, estava em Portugal fazendo um curso. Ele foi convidado para prosseguir nesse curso, mas o prazo estava terminando. Então, ele mandou um requerimento para a Câmara. Era muito interessante, porque o primeiro-secretário não deu encaminhamento ao pedido, o prazo estava vencendo e o funcionário tinha que voltar. O Dr. Luciano, com muito jeito, retirou o processo da Primeira-Secretaria e trouxe para o José Bonifácio. O José Bonifácio me pediu: “Dá uma lida nesse negócio.” Eu dei. “Puxa! A Câmara já gastou tanto dinheiro para ele ir para lá, o sujeito comprovou que está fazendo o curso. Foi convidado para continuar! Por que não pode continuar?” E o José Bonifácio deu parecer favorável para continuar. Aquele outro [caso] também, que já falei, da paridade. O José Bonifácio tinha muita preocupação, muita preocupação, com os funcionários. Muito.

Depois, o nosso diretor-geral, eterno diretor Dr. Luciano, a gente tinha vergonha de dizer que a nossa dedicação era exclusiva. O Dr. Luciano vivia aqui dentro da

Câmara. Estava-se fazendo a reforma do plenário, e ele me chamou e falou comigo assim: “Dr. Niemeyer mandou umas alterações, umas modificações.” – E a Câmara funcionando, a gente fazendo reforma do plenário à noite. – “Você marque reunião para 1h.” Aí, telefonei para o engenheiro da firma e disse: “Reunião, 1h.” Ele me perguntou: “Depois do almoço?” Eu respondi: “Não. Depois do jantar!” Era à 1h da manhã a reunião. Era assim.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela)– E os casos engraçados, que o senhor tem tantos?

O SR. SYLVIO RÔMULO GUIMARÃES DE ANDRADE – Vou contar um do começo dos meus tempos daqui da Câmara. Em 1966... Em 1964 eu entrei, fui para o Patrimônio, onde fiquei em 1964, em 1965. Em 1965, o deputado José Bonifácio não tinha cargo na Mesa, ele ficava trabalhando no gabinete do diretor-geral, eu ajudava em alguma coisinha lá. Em 1966 ele foi eleito segundo-vice-presidente. Ele me chamou – estavam apurando os votos – e me disse: “O nosso gabinete é aquele ali. Vou te dar uma lista de quem vai trabalhar e você vai ajeitando lá.” “Está bem.” “Vão trabalhar dois oficiais – a mesa de oficial é aquela mesa em L –, dois datilógrafos, três contínuos. Esse é o pessoal que vai ficar aqui. E, Sylvio, entrou aqui dentro, tem que ser atendido – não quero saber se é MDB ou Arena.” Ele dependia do voto para se eleger membro da Mesa. Então, ele se elegia, porque conhecia todo mundo, todo mundo o conhecia. E era, realmente, um gabinete... Naquele tempo, os deputados não tinham gabinete. Eles utilizavam os gabinetes dos membros de Mesa e presidentes de comissão para fazer, inclusive, suas correspondências pessoais. Quando estávamos aqui, estavam construindo o Anexo II, nessa época. Então, eu fui, não é? No outro dia: “A mesa que não vai ficar aqui, vai ficar no corredor...”, tal, avisei o Patrimônio para levar depois, aquela confusão, tal. E havia uma mesinha com uma máquina de escrever e uma cadeira num canto. Mexemos para lá, mexemos para cá, mexemos para lá, mexemos para cá. Chamei um cara e disse: “Ó! Tira aquela mesa e aquela cadeira e põe no corredor, porque aquela máquina vai embora, eu não quero aquele trem, não.” Aí, o pessoal da limpeza, os contínuos tiraram aquela mesa e colocaram no corredor. Por um motivo qualquer, saí, fui a um canto qualquer e, quando voltei, estava a mesa lá dentro de novo e um sujeito batendo na máquina na mesa. Eu não sabia quem era, não conhecia. “Fique aí você... Será que é jornalista? Será que é algum colega da Câmara?” Bom, deixei o cara quieto lá. O cara datilografou o que tinha que datilografar, não falou nada com ninguém, também não falei. Ele saiu e foi embora. “Escuta, aquela mesa lá, nem sei quem é esse cara. Tira essa mesa, esse cara vai datilografar no corredor, se quiser.” Os caras foram lá, arrastaram a mesa, a cadeira e a máquina para o corredor de novo, para depois ser

recolhido pelo Patrimônio. Daí a pouco veio o mesmo sujeito, chamou o contínuo, botou a mesa e a máquina lá dentro e começou a datilografar. Ele tinha um terno de brim, botina, um cajado, um pau dessa grossura. E ele datilografando... Fiquei ali e tal, ele olhou para mim e falou assim: “Quem é que tirou essa mesa daqui?” Falei: “Fui eu, o Dr. José Bonifácio mandou preparar o gabinete para os funcionários e tal.” Nordesteiro pela pronúncia: “Ela vai ficar aqui, vou trabalhar nela.” “Está bem, não conheço o senhor.” Ele se levantou, pegou aquele cajado, mostrou e disse: “Esse aqui é para mandar para o hospital.” Abriu o paletó, mostrou-me um revólver, não sei se era 48 ou 45, que dizem que é maior, não é? “E esse aqui é para mandar para o cemitério. O meu nome é Aloísio Nonô”. Foi assim que conheci o deputado Aloísio Nonô. Tempos depois, naquele problema revolucionário sério, ele estava na lista para ser cassado. Ele vinha para o gabinete, todo humilde, vinha conversar com a gente e tal. É um clima terrível, não é, você saber que vai morrer, todos nós sabemos, mas não sabemos o dia. “Ah, vai ter reunião do Conselho, no Palácio, vai ser quinta-feira.” Todo o mundo sabia que quinta-feira ia ter cassação. Alguém que fez algum pronunciamento, alguém que estava na lista, e tinha aquela especulação. Era uma expectativa dolorosa. Ele chegou nesse dia, sentou nessa mesinha, olhou para mim e falou: “É, acho que estou nessa lista que vai sair hoje.” Levantou, bateu com aquele cajado na mesa e falou: “Cassa logo, até gritar aqui dentro eu já gritei, só faltei dar tiro, dar tiro eu não dei. Pode cassar.” Coitado. E foi cassado.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – E ele não voltou mais à vida pública?

O SR. SYLVIO RÔMULO GUIMARÃES DE ANDRADE – Não. Tem o filho dele aí, o filho dele que é deputado, Aloísio Nonô, de Alagoas.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Sr. Sylvio, conte a história das caixinhas, onde eram guardadas as fichas.

O SR. SYLVIO RÔMULO GUIMARÃES DE ANDRADE – Ah, sim. O deputado José Bonifácio sempre foi um homem muito prático e pobre; ele não tinha uma estrutura administrativa grande, ele tinha algumas pessoas que se dedicavam, que trabalhavam para ele lá em Barbacena. Porque ele tinha um nome de família, tradição, não é? Mas ele tinha uma memória fotográfica formidável. Às vezes, a gente estava junto, chegava alguém: “Dr. Bonifácio, este é o Sr. Domingues Ferreiras.” “De onde que ele é?” “Ele é de Cipotânia.” “Uai, você é parente do Pedrosa?” E o cara: “Sou primo.” “Uai, cadê o Tatá? Cadê o Fulano? Cadê o Sicrano?” E perguntava pela família toda do sujeito! Era uma coisa... Você cruzava com ele no corredor e falava: “José Bonifácio! Ó! Não esquece aquele negócio, que o projeto de lei está aí.”

Ele pegava o primeiro pedacinho de papel que encontrava, podia ser de um jornal, rasgava assim, escrevia qualquer coisa, embora tivesse memória, botava no bolso. Quando chegava de noite – ele só cuidava das coisas dele depois que terminava o expediente da Câmara – ia para lá, ia para cá, corria, andava, ia às comissões, plenário, e quando chegava uma hora da manhã, via que não tinha ninguém, aí ele metia a mão no bolso: “Eu quero o avulso dessa lei.” E dava aquela lista de coisas para a gente. Aí dois, três dias depois cruzava com o funcionário: “Já fiz a emenda.” O cara não acreditava. Ele pegava os nomes. Então, a senhora, Dona Glória, pedia um expediente para ele: “Faz a emenda no projeto tal, assim, assim.” Só fez um pedido, jogou aquilo na parede, jogou barro na parede para ver se cola, e ele escrevia em um pedacinho de papel, chamou um funcionário: “Pega o avulso dessa lei para mim. Eu quero a sinopse, como é que está, como é que não está.” O cara dava, ele metia a mão na caneta e... Nós, que trabalhávamos muito próximos a ele, sabíamos que ele fazia uma taquigrafia, o “b” e um risco podia ser Brasil, brasileiro, Brasília, era o sentido da frase. Então, ele fazia emenda, entregava e, dois, três dias, ele passava no corredor, falava com a senhora: “Eu fiz a emenda, pode passar lá e pegar uma cópia.” Tinha feito mesmo. Então, ele pegava o seu nome e colocava no fichário, se fosse de Minas Gerais, para quando fosse na eleição ele pedir o seu voto; fazia uma cartinha, pedindo voto. E aquilo foi crescendo, com nome. A filha dele, a Luíza, foi das primeiras pessoas que mexeram com essa caixinha. Aquilo foi crescendo, crescendo, eram vinte e tantas caixas, cada uma com mais de dois mil nomes e era atualizado diariamente.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Eram caixas de madeira?

O SR. SYLVIO RÔMULO GUIMARÃES DE ANDRADE – Eram caixas de madeira

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – De que tamanho mais ou menos?

O SR. SYLVIO RÔMULO GUIMARÃES DE ANDRADE – Mais ou menos 50 por 50, mais ou menos uns 10, 12 centímetros de altura, divididas em 3 partes, então, tinham 3 seqüências de fichas, por ordem alfabética. Geralmente, município muito grande tinha mais de uma caixa; os municípios menores, tinha 2, 3 municípios dentro da caixa. Recebia uma carta de alguma pessoa, a gente, que trabalhava com ele, respondia a carta, era obrigado a ir ao fichário, levantar para ver se estava atualizado; lia o Diário Oficial, o Diário de Minas, recebia a notícia: “Fulano morreu.” “Esse cara de onde é? Acho que é de Lima Duarte.” Ia lá no fichário: “Ah, morreu. Puxa!” E passava um telegrama para a família, escrevia para a família, o filho

respondia, substituía o pai pelo filho. Juquita morreu, mas tem o João, que é filho dele. João, filho do Juquita, falecido, tal. Assim foi criando esse fichário.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – E esse fichário garantia as eleições dele?

O SR. SYLVIO RÔMULO GUIMARÃES DE ANDRADE – Garantia, sim. Garantia dessa maneira e de outra maneira também, porque ele era um homem muito conhecido e tem um fato muito interessante sobre a atividade legislativa dele. Como ele não andava de avião, ele andava de carro, o eleitorado dele era de Barbacena para o Rio. A senhora pega Minas Gerais, quem conhece bem, tem Santos Dumond, Juiz de Fora, até chegar ao estado do Rio. De outro lado tem ali Visconde de Rio Branco, Ubá, Cipotânia noutra direção. Para cá, tem Conselheiro Lafaiete, um pouquinho de Ouro Preto, Mariana e tal. Era por onde ele andava de carro. Esse lado de cá, menos. Porque ele ia para o Rio, sempre ele ia para o Rio e voltava de carro – para ir para a Câmara, não é? –, e ele visitava esses municípios, tal. Então, o eleitorado dele era lá. Ele foi eleito em 1946, foi sendo reeleito, reeleito, reeleito. Quando a Câmara veio para Brasília, ele perdeu o contato com eleitorado que ficava de Barbacena para o Rio; quase que ele não se reelegeu, em 1962! Quase que ele não se reelegeu! Então, quando eu vim trabalhar com ele, uma das minhas missões principais era o fichário – por isso que falei no fichário. Ah, eu sonhava, dormia, acordava, almoçava e jantava com esse fichário. O fichário era o sonho nosso. E fiz uma coisinha para ele que ele gostava muito, porque ele tinha uma boa memória, mas... Eu era o encarregado também de ir aos ministérios ver os processos dos pedidos, das coisas de interesse de pessoas que pediam para ele também. Eu fazia esse serviço de ministério, corria os ministérios todos. Então, eu pegava dois, três dias, depois atualizava o fichário, escrevia as cartas, respondia aquilo tudo. Ele não gostava muito de contar que ia viajar, não. Era segredo; ele era mineiro! Mas eu sabia que ele ia daqui para lá e o primeiro município que ele ia chegar era Paracatu; Paracatu, João Pinheiro, Canoeiros, Três Marias, você vai andando, Felixlândia, Sete Lagoas. Essa estrada era conhecida naquela época pelos buracos. Você estava andando de carro, o carro batia, eu dizia: “buraco novo.” Eu conhecia porque andava muito e toda semana ia a Belo Horizonte ver a família e voltava – eu disse que a família ficou lá dois anos. Muito bem. Então, eu ia atualizando o fichário. Aí eu pensava: “Acho que ele vai viajar, acho que dessa vez ele vai até Lagoa Santa.” E bolava comigo algum fato, alguma coisa, aniversário, lá: “Vai ter um negócio em Lagoa Santa... ele vai a Lagoa Santa.” Então, eu ia separando as fichas dos últimos acontecimentos de Paracatu, João Pinheiro, e fazia por cidade. Então, ia com ele no carro. Quando estava chegando a Paracatu, eu dava a ele o montinho de Paracatu, os pedidos

de Paracatu, como estavam, atualizados, e [os nomes das] as pessoas que tinham pedido. A gente parava em Paracatu, ia para o Hotel Presidente almoçar, às vezes. Chegava um camarada: “Ô, Fulano! Sua filha vai ser nomeada a semana que vem.” O cara quase caía duro: “Fiz um pedido para esse cara há três meses, ainda lembra do meu nome, do nome da minha filha!” Ele tinha lido cinco minutos antes. Hoje tem o computador; naquele tempo eu era o computador do José Bonifácio.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – O computador ambulante.

O SR. SYLVIO RÔMULO GUIMARÃES DE ANDRADE – Era. E era assim, a gente viajava de vez em quando. Então, na campanha política eu ia muito, ia fazer muita coisa. Ele exigia que eu pedisse férias para quando a viagem demorasse mais que dois, três dias. A Câmara nunca pagou uma viagem minha com o José Bonifácio, nunca!

Há um fato interessante também dele: eu ainda não estava trabalhando com ele em 1965, ele ainda não tinha cargo na Mesa. Eu estava no Patrimônio, mas ele me chamava às vezes para fazer uma coisa para ele. Porque tem uma ligação muito grande da minha família com a família dele, do meu avô com o pai dele e tal. Eu brincava com ele, quando podia: ele era Andrada e eu sou Andrade, e eu falava que o nome dele estava errado, que era corrutela: “Seu nome está errado, você é Andrade, não é Andrada, não.” Brincava com ele... Quando podia. Quando tinha uma terceira pessoa era “Excelência” “Presidente”, nunca tratei de maneira diversa. Quando estávamos eu e ele pessoalmente... se tivesse gravado algum dia uma conversa nossa, você ia morrer de rir. Pois bem. Então, ele me chamou, no gabinete do Dr. Luciano, no terceiro andar, onde era a Diretoria-Geral, e falou comigo assim: “Eu vou viajar e vou deixar com você um cheque assinado.” Puxa! José Bonifácio, deixar um cheque assinado com alguém, era um ato da extrema confiança. Está dando revólver armado para o cara atirar nele. “E está aqui um papel que é do Imposto de Renda. Quando chegar no dia que sair o salário de deputado, você vai ao Banco do Brasil e paga o meu Imposto de Renda.” Eu: “Mas, Dr. José Bonifácio, o senhor só tem vencimento na Câmara, tem como dependentes a Dona Vera e a Luíza – que era a filha dele ainda solteira, naquela época –. O senhor paga Imposto de Renda?” Ele disse: “Todo brasileiro tem que pagar.” Falei: “Não, senhor. Todo brasileiro tem que declarar corretamente, e o deputado tem certas vantagens de não precisar declarar as vantagens, só declara o subsídio fixo.” “Você não sabe de nada de Imposto de Renda. Pague.” “Vou pagar, é claro, o senhor mandou pagar eu vou pagar, estou só comentando.” Ele viajou e, quando foi no dia aprazado, fui lá e paguei o Imposto de Renda dele. Quando ele voltou, eu entreguei o comprovante do pagamento do Imposto

de Renda para ele. Passou um tempo, um ano, sei lá, já estava trabalhando com ele na Segunda-Vice-Presidência, um dia ele me chamou e falou comigo assim: “Você vai lá no Ministério da Fazenda?” Como eu fazia esse serviço de rua: “Sim, o que tem para fazer lá?” “Você vai fazer um cursinho de Imposto de Renda, aí você vai aprender a fazer.” “Está bem, vou.” Foi assim também que começou esse serviço de prestação para os deputados do grupo de Imposto de Renda. Aí fui ao Ministério da Fazenda, na Secretaria da Receita, para aprender a mexer com Imposto de Renda. Quando voltei, disse: “Agora você vai fazer o meu Imposto de Renda. Agora, você sabe.” E eu fiz o Imposto de Renda, inclusive do inventário, depois que ele morreu. Tenho até hoje alguns documentos em casa, do Imposto de Renda dele, que os filhos disseram: “Não, guarda de lembrança com você e tal.”

Mesmo depois que ele deixou de ser deputado ele me escrevia... uma carta dizia: “Quitei o apartamento, tal.” E eu ia tomando nota. Meus pais moravam em Belo Horizonte, de vez em quando eu dava uma fugida lá. Ele era presidente do Conselho de Administração do Banco de Crédito Real. Aí eu ia ao Banco, na casa dele, e a gente ia ver alguma coisa do Imposto de Renda também e tal. Eu ia fazendo. Quando chegava na época certa, eu fazia, levava, ele assinava, eu dava entrada lá. Quando via todo o documento de Imposto de Renda, ele mandava para mim. Depois, quando ele faleceu, eu fui lá e falei com a Dona Vera: “Dona Vera, o Imposto de Renda está certinho, direitinho, e nós vamos continuar fazendo.” Abri o inventário e tal e continuei fazendo, até que foi extinto o inventário – fiz questão de fazer o Imposto de Renda assim. Ele tinha umas coisas muito especiais, sabe?

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Não entendi bem o pedido que ele fazia para o senhor entrar de férias quando viajasse a trabalho com ele.

O SR. SYLVIO RÔMULO GUIMARÃES DE ANDRADE – É, porque é o seguinte: era muito comum, embora não fosse correto, um funcionário ficar ligado a um deputado; e nós, outros, sabíamos – os deputados também estavam lá, se comentassem não era problema – sabíamos que não era para atividade parlamentar. Quantos colegas chegavam aqui só para assinar o ponto e iam embora! Puxa, o sujeito pai de família, avô de família... Será que não tem vergonha na cara de ser desonesto a esse ponto? Então, o que eles faziam? Pegavam com um deputado um ofício, ajeitavam e ficavam à disposição do deputado. Muitos vinham pedir passagem: “Ah! o deputado é de São Paulo, eu vou para São Paulo.” O diretor-geral, às vezes, ficava compelido até em arrumar uma passagem. Quantas vezes vinham fichas de serviço extraordinário!

O Dr. José Bonifácio dava o exemplo das coisas e fazia com que a gente desse exemplo. Eu vou citar um outro caso: ele foi, em 71... se não me engano, em 1970, quando eu trabalhei diretamente com ele. Eu fui para a Primeira-Vice-Presidência em 71, e fui lá para cima, para a área administrativa, em 72. [O deputado José Bonifácio foi primeiro-secretário nos anos de 1958 a 1964. Foi eleito segundo-vice-presidente em 1966, primeiro-vice-presidente em 1967. Entre 1968 e 1970 era presidente da Casa.] Muito bem. Ele era líder da Arena, líder do governo. E nós, muito ligados a ele – inclusive a pessoas da família dele –, preocupados, porque ele não tinha imóvel para morar. “Ah! A casa de Barbacena...” Ele tinha um sete avos da casa de Barbacena, que era uma herança de família. Estava sendo construído um prédio em Belo Horizonte, na Avenida do Contorno, esquina com Rua Pium-í, empresa construtora conhecida da gente. O Andradinha tinha comprado um apartamento lá. E a gente: “Ô, Dr. José Bonifácio, compre um apartamento para o senhor lá. O senhor não tem... O senhor vai morar mesmo em Belo Horizonte. Um dia o senhor vai ter que ir para lá.” Mas ele nem pensava em nunca deixar a Câmara. Aí, ele aceitou que a gente vendesse o apartamento da 107 Sul, que era dele, pessoal, que ele comprou, e que ele fosse morar em um apartamento funcional. Então, ele falava que eu tinha virado corretor de imóveis. “O Sylvio agora é corretor de imóveis. Vai me colocar na cadeia. O que ele vai fazer comigo? Eu não fumo! O que ele vai fazer?” Brincando com a gente. E nós vendemos o apartamento da 107 e demos entrada nesse apartamento, lá, em construção, em Belo Horizonte. E ainda pegamos o financiamento da Caixa Econômica Estadual, o restinho que faltava. E ele foi morar na 111, no Bloco I da 111. Eu era diretor da Coordenação que englobava habitação, instalações, equipamentos, engenharia, tudo. E numa tarde, três ou quatro horas da tarde, Dona Vera me telefona: “Sylvio, meu filho! – era como um filho para ela – Sylvio, meu filho! E tal... – ela morreu no ano passado, em Belo Horizonte, com 94 anos – Sylvio, meu filho, pegou fogo aqui na copa, pegou fogo aqui... tal... a casa está toda escura... tal...” Aí, eu corri, tentava localizar o pessoal do prédio. O rapaz me falou: “Olha, infelizmente, eu não tenho eletricitista aqui e tal... Realmente, houve um curto lá, mandei desligar a chave do apartamento, tal...” Então, eu peguei um eletricitista aqui na Câmara, arrumei uma condução para ele: “Você vai lá, vê o que que é e me telefona.” O rapaz foi e disse que a boquilha da lâmpada da copa tinha queimado. “Olha, doutor, tem uma solução aqui: com uns três ou quatro metros de fio, a gente troca do interruptor para a boquilha, põe uma boquilha nova e está resolvido.” Eu: “Então, você vai lá na 109, na Elétrica Moisés, que ele é meu parceiro de pescaria, tem de fazer favor de vez em quando. Você vai lá no Moisés e compra o fio e a lâmpada e a boquilha, o que precisar. E troca. E deixa a nota no meu nome lá para eu pagar. Está bem?” “Está bem.” “Pode falar com o Moisés que é para mim,

que não tem problema.” “Ah! Está bom, doutor.” Ele foi lá, comprou quatro ou cinco metros de fio – se fosse comprar hoje, era o quê? Sete reais –, foi lá e trocou a fiação, trocou a boquilha, ligou a lâmpada. Foram lá e ligaram. Dona Vera me telefonou e disse: “Ô, meu filho, você é danado!” Passou. O rapaz chegou e disse: “Olha, ficou em tanto.” Eu falei: “No fim de semana eu passo lá no Moisés e pago. Não esquenta não. O Moisés é meu amigo, parceiro de pescaria, confia em mim.” Quando foi lá para meia noite, eu estou já deitado, o telefone toca – a gente tem família fora, tem filho, tem tudo, nossa! o telefone toca de noite, é um... Eu corri, quase que derrubei o telefone. Disse: “Alô! Alô!” “Ô, danado!” Era o José Bonifácio. “Ô, Presidente, o que houve?” Meia noite! “Quanto é que foi a despesa?” “Mas que despesa?” Eu nem me lembrava do fato. “Uai, você mandou comprar uns troços e colocou em meu apartamento.” “Ah, está lá na elétrica. Eu vou buscar a nota no fim de semana.” Ele disse: “Não, você passa lá amanhã, pega a nota e leva no meu gabinete para eu pagar.” “Mas, Dr. José Bonifácio, deve ser sete cruzeiros!” “Não importa o valor. O responsável pelo apartamento sou eu.” “Mas, Dr. Bonifácio...” “Ou você leva a nota ou não precisa mais tomar chá comigo.” Fez questão de pagar uma notinha que eu podia pagar do meu bolso, nem botar em prestação de conta da Câmara coisa nenhuma. Sete cruzeiros! Seriam hoje sete reais, quatro metros de fio. Era assim. Ele era muito correto com as coisas da Câmara.

Então, a senhora perguntou sobre quando ele me chamava: ele me dava dispensa, porque eu era lotado no gabinete. Ele me dava dispensa de dois dias: “Nós vamos para Belo Horizonte. Você vai ver sua família.” Eu ia com muito prazer, com muito orgulho, porque eu sabia que muita coisa que ele estava fazendo estava fazendo para a Instituição, estava para a Casa, não era só interesse dele, pessoal. Então, ele era um homem muito correto, muito sério com as coisas da Câmara.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – O senhor presenciou assim grandes disputas, oponentes históricos, um deputado com outro, grandes disputas?

O SR. SYLVIO RÔMULO GUIMARÃES DE ANDRADE – Presenciei do próprio José Bonifácio também. Quando o Adauto Lúcio Cardoso renunciou em 1966, o primeiro-vice-presidente era o Batista Ramos, de São Paulo. Ele assumiu a Presidência. O José Bonifácio era o segundo-vice e assumiu a Primeira-Vice-Presidência, e a Segunda-Vice-Presidência ficou vaga. Em 1967, eles começaram a disputar a Presidência, os dois: o Batista Ramos como presidente da Câmara e o José Bonifácio como primeiro-vice-presidente disputando a Presidência da Câmara. Foi uma disputa espetacular. Foi uma caça de votos, uma disputa pessoal, corpo a corpo, com muito respeito um pelo outro. O José Bonifácio vinha no corredor

aqui que ligava o edifício principal com o Anexo II, esse corredor ali, e encontrou com o Ângelo Mendes de Moraes, marechal, deputado pelo Rio de Janeiro – já bem velhinho –, que era do antigo PSD. O José Bonifácio sempre foi UDN. Aí o José Bonifácio botou a mão no ombro dele, que não teve como fugir: “General, general, deixa de votar com a cabeça e vota com o coração!” E ele respondeu: “Zezinho, o voto é secreto.” Disputa leal. E o José Bonifácio ganhou por poucos votos, ganhou a Presidência por poucos votos.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Corpo a corpo mesmo.

O SR. SYLVIO RÔMULO GUIMARÃES DE ANDRADE – Corpo a corpo, no plenário e tal. Tinha bons eleitores. O José Bonifácio tinha bons eleitores. Tinha o Souto Maior, o pai do Nelson Piquet, que era deputado por Pernambuco. Esse saía com um, com outro... e dizia: “Você quer apostar uma caixa de charuto comigo? O José Bonifácio vai ganhar. E você pode se preparar para fumar um charuto que nós vamos ganhar.” O Souto Maior. Teve uma disputa brava dele com o Nelson Carneiro, de tiro aqui dentro e tudo. Coisa muito brava do Souto Maior com o Nelson Carneiro. Trocaram uns tiros ali, pertinho de onde hoje é o Banco do Brasil. Teve coisa feia ali nessa história.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – O senhor lembra desse episódio? Como é que foi?

O SR. SYLVIO RÔMULO GUIMARÃES DE ANDRADE – Do Nelson Carneiro com o...

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Com o Souto Maior.

O SR. SYLVIO RÔMULO GUIMARÃES DE ANDRADE – Eu não sei direitinho como é que começou a história. Eu sei que eles não podiam se encontrar. Toda vez que eles se encontravam era um bate-boca danado e tal. E nesse dia eles se encontraram perto daquela escada que sobe ali e que vai dar no Salão Verde. Ali tinha a Liderança do MDB, de um lado, e, de outro lado, eu acho que já era agência do Banco do Brasil. Ali onde tem o atendimento eletrônico do banco. E eles realmente trocaram tiros, foram levados para o hospital os dois. Foi um episódio bravo. Detalhes assim do que aconteceu eu fiquei sabendo depois que aconteceu.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – E isso repercutiu na Câmara de que maneira?

O SR. SYLVIO RÔMULO GUIMARÃES DE ANDRADE – Muito.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Como eram os comentários?

O SR. SYLVIO RÔMULO GUIMARÃES DE ANDRADE – Criou um ambiente de insegurança. Por quê? Porque é proibido andar armado aqui dentro, mas quem é que vai desarmar um deputado? Você não vai... Eu vi o Tenório, entregar a “Lurdinha” para o Geraldo; tirar a sobrepeliz dele, aquela capa, e tirar a “Lurdinha”, que era uma metralhadora. Andava aí com a metralhadora, o Tenório. E a Ivete Vargas que vinha passando disse: “Isso não funciona.” Dizem que ele botou a “Lurdinha” em mira: “Quer experimentar?” Ela saiu correndo. Gorda como ela era, ela saiu correndo e nem esperou o elevador, subiu aquela escada correndo. Então, criou um clima assim. Nós, funcionários, mesmos: às vezes a gente era ameaçado. Eu fui ameaçado por um deputado uma vez. Fez uma birutice, uma loucura e tal. Eu falei: “Esse cara vai me matar!” Ele era doido, biruta, de jogar pedra. O cara fazia coisas absurdas aqui dentro. O que eu ia fazer? E por uma questão boba: ele fez uma pergunta boba e eu dei uma resposta boba. Se ele fizesse uma pergunta dessa hoje para mim... o tempo ensina muita coisa a gente. Cabelo branco não vem de graça, não, vem enfiando coisa para dentro da goela da gente. O Sereno é que falava ... O Sereno é um funcionário antigo da Câmara. Eu estou na instituição há 39 anos, 16 de aposentado, meu ponto é 1.169, o do Sereno era 62. Como era antigo. Era meu funcionário. Era o chefe da Seção de Administração de Edifícios. Quando acontecia um caso desses ele dizia: “Olha gente, vamos tomar pílula, se não, a gente vai ter que engolir até o vidro do remédio.” Então, é a Câmara. Faz parte. É assim mesmo.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – O senhor lembra de outros inimigos históricos aqui dentro, que a disputa ia para o plenário, que um subia na tribuna e falava, o outro rebatia?

O SR. SYLVIO RÔMULO GUIMARÃES DE ANDRADE – Eu vou contar um fato que aconteceu no Palácio Tiradentes, no Rio. É interessante. O Carlos Lacerda, que era de uma verborragia fora do comum e era de uma velocidade – o José Bonifácio também tinha – de raciocínio imensa. Você falava uma frase, uma palavra com Carlos Lacerda, ele já sabia o livro que tinha publicado aquilo, quem é que publicou, quanto custou o livro. Você falava “Eu acho...”, ele já estava com a resposta há muito tempo, a rapidez. Ele tinha feito um pronunciamento acusando um deputado do Ceará de ter vendido óleo diesel para os submarinos alemães na guerra: “Você ficou rico vendendo óleo...” Esse cara, sem querer se defender, nunca ia para a tribuna com medo do Carlos Lacerda. E o Carlos Lacerda ia à Câmara terça, quarta, quinta. Uma bela de uma segunda-feira, esse deputado aproveitou que não tinha ninguém no plenário, pediu a palavra e foi se defender. E começou.

E falando, e falando e falando. Mas não sei por que cargas d'água, o Carlos Lacerda vinha entrando para o plenário e ele queria encerrar o falatório dele: “Sr. Presidente, encerrando minhas considerações...”. O Carlos Lacerda correu para o microfone de aparte e usou uma técnica que ele usava muito: “V.Exa. me permite um aparte, permite um aparte, permite um aparte, V.Exa. permite um aparte, V.Exa. permite um aparte, V.Exa. permite um aparte, V.Exa. permite um aparte...” e o deputado: “Sr. Presidente, encerrando minhas considerações...” “V.Exa. me permite um aparte, V.Exa. me permite um aparte, V.Exa. me permite um aparte.” O deputado parou e disse: “V.Exa. é um purgante”, e ele disse: “e V.Exa. é o efeito.”

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – O senhor ficou sabendo dessa história como?

O SR. SYLVIO RÔMULO GUIMARÃES DE ANDRADE – Porque eu convivia com esses funcionários antigos, como o Sereno. Eles eram funcionários meus, e a gente ficava nessas sessões noturnas intermináveis... A sessão, por exemplo, de nomeação do Tancredo Neves – para citar um mais recente, que todo mundo conhece – como primeiro-ministro do regime parlamentarista do João Goulart, terminou às 8 horas da manhã. Começou nove horas da noite e acabou oito horas da manhã. Só! Era comum as sessões noturnas serem assim.

Tem outro fato muito interessante de sessão noturna. Eu já estava no PDS. O Gioia Júnior, um deputado de São Paulo, era líder religioso, jornalista, muito inteligente; depois ele me mandou uns livros dele, mandou umas poesias. Nós, preocupados... Brasília já estava começando a ter assaltos, a ter seqüestros – que coisa, não é! –, nós estamos em aí em 1980, 1985, 86 – Puxa! A gente, quantas vezes, dormia com a porta do apartamento aberta, o carro com a chave ligada lá, ninguém nem..., a pessoa podia passar para desligar o motor do carro para você, mas nunca mexer no seu pertence. Brasília era sensacional e já estava começando a acontecer essas coisas. Mas ele era de São Paulo, então, falava: “Vocês não sabem que ainda estão vivendo no paraíso. São Paulo, o absurdo que é e tal.” Um dia ele virou e falou assim: “Uma das coisas mais bonitas que eu acho é quando escuto o barulho da maçaneta quando meu filho entra em casa, que ele vem da rua de noite de São Paulo.” E começamos a conversar. Ele fez uma poesia. Eu ajudei a botar duas vírgulas na poesia para ele, para não dizer que eu não ajudei, vou botar duas vírgulas aí. “Oração da Maçaneta. Não há música mais bela do que o ruído da maçaneta da porta, quando meu filho volta para casa. Volta da noite escura, da rua de estranhas vozes. O tilintar do trinco, o ruído da maçaneta que se abre são para mim suave cantiga de ninar, só assim fecho os olhos, posso afinal dormir e descansar. Oh, a longa espera, negra

ausência, as histórias de acidentes e assaltos que só a noite como ninguém sabe contar.” Chega.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – O senhor se lembra de coisas interessantes que tenham acontecido, na pressa de se fazer obra, durante os recessos?

O SR. SYLVIO RÔMULO GUIMARÃES DE ANDRADE – Alguma coisa interessante?

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Das reformas, construção dos anexos.

O SR. SYLVIO RÔMULO GUIMARÃES DE ANDRADE – Ah, tinha muita coisa interessante. Essa da reunião, por exemplo, foi interessante. Sim, dos anexos também, do Anexo IV. Vou contar uma coisa do Anexo IV, que eu nunca vi noutro lugar. Conheço pouco, mas nunca vi em outro lugar. Prédio público... nunca vi. Nós estávamos construindo o Anexo IV e nós precisávamos de telefone para os gabinetes. E a Telebrásilia enchendo a paciência. Então, nós compramos um distribuidor telefônico específico para o Anexo IV e fizemos uma coisa que não tem em outro lugar: o número do gabinete é o número do telefone. O gabinete 350 é 5350, você bota um 5 na frente, é o número do gabinete. Se você tirar o 5 e botar o 2, é o fax. Está certo? Então, o deputado sabendo o número do... eu briguei com um deputado – eu nem era mais nada aqui –, briguei com um deputado, porque ele se elegeu membro da Mesa e quis trazer o telefone do gabinete. “Não faça isso!” Saí lá de casa, tirei meu pijama, vesti uma roupa e vim aqui: “Não faça isso! O senhor não sabe quanto isso custou.” Então, o número do gabinete é o número do telefone. E como a Câmara fez o DDR, discagem direta ramal, você tem o 318. 318-5350 é o telefone direto; 5350 é o gabinete; 2350 é o fax. Eu nunca vi isso noutro lugar. Uma das pessoas que bolou isso se chama Waldir Fabiano Aguirra, era o chefe da Seção de Instalações, era meu funcionário, eu era diretor dele. Por isso eu digo que eu fazia questão de ser o mais burro, porque eu tinha gente muito inteligente que trabalhava comigo. Eu vou contar um caso de Niemeyer – a fotografia está ali. Naquela correria de reforma aqui, projeto para lá, projeto para cá e não sei o que, confusão, aquele trem, aquele negócio... Então, Oscar Niemeyer só viajava de carro. Ele tinha um Galaxy e vinha do Rio de carro, vinha e voltava de carro. Mas um dia ele estava aqui, cuidando dos assuntos com a gente, com o Dr. Luciano, e precisou voltar para o Rio, urgente.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Só por curiosidade, quantas horas se gastava nessa viagem?

O SR. SYLVIO RÔMULO GUIMARÃES DE ANDRADE – Ah, naquele tempo, só para Belo Horizonte, quando eu andava feito um louco, gastava 9 horas. Para o Rio eram 14, 15 horas de carro. A estrada passava por dentro das cidades. Hoje, você passa por fora, economiza muito. Você passava por dentro de Paracatu, que passa até hoje. Você passava por dentro de João Pinheiro, que ainda passa até hoje. Mas você passava por dentro de Sete Lagoas, dentro da cidade com quebra molas e não sei o que e tal. Paraopeba, se fazia uma curva louca perto da Igreja. Tinha o quebra-molas, tinha a Igreja, tinha o Sr. Oliveira, que fazia um pastel muito bom. Você passava por dentro de Sete Lagoas, Prudente de Moraes, Pedro Leopoldo, para chegar em Belo Horizonte. Passava por dentro de Belo Horizonte, para ir para o Rio. A BR 03 era uma estradinha de nada, não tinha faixa dupla em lugar nenhum. Eram 14, 15 horas, com motorista que usava botina. Tinha que pisar! Tinha que pisar no Galaxy. Dr. Niemeyer vinha e voltava num. Mas ele teve que voltar para o Rio, um motivo urgente qualquer, Dr. Luciano me chamou: “Sylvio, tem um papéis aqui que o Dr. Niemeyer tem de assinar e tem outras coisas que ele tem de ver, antes de viajar; ele já foi; ele está no Hotel Nacional”. “Mas ele vai na hora que ele quiser.” “Não, ele não vai de carro, não. Ele vai de avião”. “De avião? Ué?” Me deu uma pasta de couro preta, enfiei os papéis, botei debaixo do braço e voei para o Hotel Nacional. Cheguei no Hotel Nacional: “O Dr. Oscar Niemeyer?” “Ele está ali, no bar da piscina.” Eu fui lá. Ele estava com um litrão de uísque na frente dele. O copo de uísque, um pouquinho de gelo, cada dose cavalgar assim de dois dedos grandes. “PEI! PEI!...” – bebendo uísque. “Dr. Oscar!” “Oh! Como vai?” Eu: “Dr. Luciano mandou eu vir aqui trazer uns documentos para o senhor”. “Ah, deixe eu ver”. Abriu a pasta na minha frente: “Ah, está OK. Esse aqui eu vou ver depois.” “Esse aqui é para o senhor assinar”. “ Ah, é! Está muito bem!” Fechou a pasta e disse: “Agradece ao Luciano. Ele é formidável”. Por quê? Um parêntese. Porque a revolução não queria fazer nada com o Niemeyer, porque ele era comunista. Tudo que os militares queriam fazer, procuravam outro arquiteto. Sérgio Bernardes é que fez o mastro da bandeira. Tudo que eles queriam eram com outro arquiteto para não dar vez para o Niemeyer. Mas aqui na Câmara o Dr. Luciano sabia que o projeto era dele. O Dr. Luciano fazia questão. “Ah, que comunista que nada! É competente, é brasileiro...” Fazia com o Niemeyer. O Niemeyer gostava muito o Dr. Luciano. Muito! Gosta até hoje. Os dois estão vivos!

Ele virou e disse: “Ele é muito correto, não é?” Disse: “É, sim senhor.” E ele: “TOIN!” no uísque. Falava duas palavras e tomava um copo de uísque. “Mas Dr. Niemeyer, o senhor não vai viajar?” “Vou. Por isso que estou bebendo.” “Mas o senhor não vai

de avião?” “É! Por isso mesmo!” “Mas o que é que houve?” “É uma máquina, é mais pesado do que o ar e foi inventado por um brasileiro.”

Tem uma fotografia dele com o Dr. Luciano e José Bonifácio, cuidando de assunto da Câmara.

Lembrei de um outro fato interessante que aconteceu no gabinete do José Bonifácio. A revolução veio e criou somente dois partidos políticos, a Arena e o MDB.

Dentro da Arena tinha de tudo. O MDB tinha mais porcarias ainda, coisas absurdas. Mas o núcleo principal da Arena era o PSD e a UDN. Eles não se misturavam. Era água e azeite, não se misturavam de jeito algum.

Como aquela história que contei sobre os critérios para as nomeações em Minas, o pessoal da UDN se reunia separadamente. O pessoal do PSD se reunia separadamente. O pessoal da UDN de Minas Gerais geralmente se reunia no gabinete do José Bonifácio. E marcaram uma reunião um dia. A UDN de Minas tinha o Pedro Aleixo, tinha o Rondon Pacheco, tinha o José Bonifácio, tinha o Dnar Mendes. Eram muitos deputados bons. Marcaram a reunião no gabinete do José Bonifácio. Dnar Mendes era baixinho, era muito gozado, era muito falante. Eu estava na porta do gabinete para evitar que eles passassem pelo corredor. “Fulano vem cá, a reunião e tal.” Tinha que se insistir. Aí ele chegou e falou para mim: “Sylvio, o monarquista já chegou?” “Ah, Dr. Dnar, monarquista?” “É, monarquista.” Pensei: “Ele não pode estar falando de José Bonifácio, porque José Bonifácio não é monarquista. O tetravô dele foi da monarquia do tempo de D. Pedro I, mas não o José Bonifácio. Acho que ele está brincando.” Falei: “Olha, Dr. Dnar, já há alguns deputados aí dentro, mas não sei quem é monarquista, não”. “Uai, não sabe, não? É o Rondon Pacheco.” “Por que o Rondon Pacheco?” “Tudo que se pergunta para ele, ele: Pedro primeiro, Pedro primeiro. Se for Pedro primeiro, ele é monarquista.” O Rondon queria sempre que se ouvisse o Pedro Aleixo primeiro. “Dizendo Pedro primeiro, Pedro primeiro, ele só pode ser monarquista!”

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – O senhor demonstra ter uma admiração muito grande pelo deputado José Bonifácio. Outros deputados dessa época que se igualavam ao deputado José Bonifácio, que o senhor também tivesse admiração...

O SR. SYLVIO RÔMULO GUIMARÃES DE ANDRADE – Ah, muitos. O Pedro Aleixo, o Aduacto Cardoso. Eu tinha muito convívio com os mineiros... O Bilac Pinto, que foi presidente da Câmara também.

A Veja, do ano passado, publicou uma notinha dizendo que o Aécio Neves tinha feito um fato inédito de devolver dinheiro, não é? Aí escrevi para um editor da Veja, mas ele não publicou, dizendo que achava que havia tido um engano, porque houve um deputado de Minas também, também presidente, que também devolveu dinheiro, chamado Bilac Pinto. Devolveu dinheiro. Dinheiro da habitação o Bilac Pinto devolveu.

O SR. ENTREVISTADOR (Pedro Ivan Pellegrini) – Tem um carioca também, que foi ministro, que devolveu dinheiro também. Esqueci-me o nome dele, foi presidente também há muito tempo.

O SR. SYLVIO RÔMULO GUIMARÃES DE ANDRADE – Carioca?

O SR. ENTREVISTADOR (Pedro Ivan Pellegrini) – É, do Rio de Janeiro. Foi ministro do...

O SR. SYLVIO RÔMULO GUIMARÃES DE ANDRADE – Eu sei quem é, eu sei quem é. Eu vou lembrar. Foi muito bom parlamentar. E era da UDN também.

(Não identificado) – Ele foi ministro da Justiça.

O SR. SYLVIO RÔMULO GUIMARÃES DE ANDRADE – Foi ministro da Justiça e foi ministro do Supremo Tribunal Federal. Era baixinho. O nome... Eu sei quem é, a gente esquece. O tempo vai acabando com a memória da gente, não é? E o tempo é igual motocicleta, não tem marcha à ré, só vai para frente.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – E os funcionários? Lembra casos de funcionários?

O SR. SYLVIO RÔMULO GUIMARÃES DE ANDRADE – Não me lembro de muitos, não. Os casos que estou contando são todos da época em que trabalhava na parte política, alguma coisa da parte administrativa. Quando fui para a parte administrativa, foi só trabalhar. Trabalhei muito. Não sei como está hoje. Acho que toda a instituição é assim. Há dois grandes grupos, os filhos de Deus e os filhos... Eu sempre trabalhei muito! Fiz força para passar para o primeiro grupo! Nunca consegui, mas sempre trabalhei muito. Acho que nos serviços especiais eu trabalhei muito. Eu estava viciado, pois trabalhava com o José Bonifácio e ficava aqui até às duas horas, três horas da manhã.

Há um fato interessante sobre o José Bonifácio que é espetacular. Você diz que eu tenho admiração pelo José Bonifácio, mas é porque eu convivia muito com ele. Mas

este é espetacular. Havia uma ordem... O nome do deputado é Célio Borja. O nome do deputado presidente... [Refere-se ao fato citado anteriormente – sobre o presidente da Câmara que também devolveu ao Tesouro Nacional verba da Câmara dos Deputados ao final do ano.]

O SR. ENTREVISTADOR (Pedro Ivan Pellegrini) – Esse mesmo. Esse também devolveu dinheiro.

O SR. SYLVIO RÔMULO GUIMARÃES DE ANDRADE – Devolveu dinheiro. Mas para nós, estou falando do tempo do Bilac Pinto, em 1965. Puxa! Não havia habitação para funcionário e devolveu o dinheiro da habitação para o governo. O dinheiro foi para o GTB, Grupo de Trabalho de Brasília. Por quê? Porque o presidente do GTB era o general Mário Gomes da Silva. E a história é gozada. O mundo é curto. O filho dele é o meu genro hoje. Só!

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Filho do general?

O SR. SYLVIO RÔMULO GUIMARÃES DE ANDRADE – É. Eu vi do lado o Bilac Pinto devolver o dinheiro para ele, que era o presidente do GTB, para ficar com o dinheiro para fazer a habitação, não para a Câmara. E hoje o filho dele é meu genro. Eu falo: “Seu pai...”

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – O senhor ia contar um caso do José Bonifácio.

O SR. SYLVIO RÔMULO GUIMARÃES DE ANDRADE – É. Então, havia uma ordem na Câmara, como deve ter sempre em todos os lugares. O electricista de plantão fazia uma ronda em determinada hora e desligava as luzes. Verificava se a guia lá em cima estava acesa para evitar algum problema. Há uma lâmpada vermelha que tem que estar sempre acesa. Fizemos uma planilha.

O José Bonifácio, com o hábito de trabalhar até tarde da noite. O electricista vinha, quando chegava na altura onde hoje está a Caixa Econômica, lá havia umas mesinhas. O guarda ficava ali. Ali ainda há o posto de guarda. Tinha uma mesa na frente e o guarda ficava ali. Ali ele cuidava da escada, cuidava da entrada, cuidava do corredor. O electricista vinha e perguntava: “Ainda tem gente lá em cima”? “Não, não tem.” Ele ia no quadro de força e: “PUM! PUM!” – desligava o disjuntor daquelas lâmpadas lá em cima. Não sei por que cargas d’água, como o José Bonifácio ficava até mais tarde na Presidência, nesse dia, estava eu, ele e um contínuo, chamado Sandoval, Sandoval Ribeiro Silva. Nós estávamos trabalhando e o electricista foi lá e desligou a energia. Era meia-noite... uma hora da manhã. Ele desligou a energia

e “PUF!”, apagou tudo. Com muito custo, acendi um fósforo e entrei no gabinete dele, que disse: “Não, não, só vou fechar a gaveta e vamos embora!” Estava com o fósforo, ele fechou a gaveta e saímos. Saímos do gabinete do presidente e chegamos em frente àquele elevador. Ele disse: “A gente não cai da escada, não; a gente vai arrastando o pé no chão igual cego. Quando faltar espaço é porque há um degrau. Aqui são dez degraus, depois são oito, depois são seis.” Vai contar, se não são!? São! Naquela escada. São dez, são oito e depois são seis. Ele sabia os degraus que havia na escada. Isso que é conhecer a Casa.

A gente passa momentos de muita alegria aqui dentro, muita realização, muita tristeza e muito sofrimento também, que nos vai marcando.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Por exemplo, um sofrimento.

O SR. SYLVIO RÔMULO GUIMARÃES DE ANDRADE – Eu fiquei muito chateado. Porque eu já estava aposentado há um bocado de tempo quando vieram umas professoras de Belo Horizonte – para entrevistar algumas pessoas em Brasília, especialmente na Câmara dos Deputados – que fizeram um livro sobre o José Bonifácio. Escreveram um livro sobre ele. Elas foram ao diretor-geral. O diretor-geral conversou e tal, e tal, e tal. “Quem era fulano?” “Era secretário-geral da Mesa, era o Paulo Afonso.” Aí elas foram no Paulo Afonso... Mas quando estiveram com o Dr. Luciano, o Dr. Luciano se lembrou... Citou casos do Sandoval, que era o contínuo do José Bonifácio, do Paulo Afonso... E elas foram. E o Paulo Afonso relatou o fato ocorrido quando o José Bonifácio teve um infarto. Mais ou menos a uma e meia da manhã aqui na Câmara, o José Bonifácio teve um infarto aqui na Presidência da Câmara. Eu estava com ele lá e o Paulo Afonso despachando com ele, quando ele disse que sentiu alguma coisa: “Vamos no posto médico.” “Vamos embora.” Saímos, passamos essa escada que ele falou, o corredor, passamos ali perto onde hoje é o Banco do Brasil, continuamos. Quando chegou naquele topozinho, naquela subida, eu senti que ele estava já bem sentido, bem falseando o passo. À esquerda, onde tem aquele mostruário de obras ali do Senado, era o Banco de Crédito Real. Eu pulei para dentro do Banco de Crédito Real, peguei uma cadeira dessa de rodinha, botei ele sentado e saí empurrando com a cadeira para levar ele para o posto médico para ser atendido. Eu não sabia que era infarto, fiquei sabendo depois. Depois o Paulo Afonso fez o depoimento. Se ele cita o meu nome, elas iam me procurar, não é?. “Quem é Sylvio?” “O Sylvio trabalha com ele há muito tempo e tal.” E ele não citou. Ele falou: “Não, foi um funcionário que empurrou a cadeira lá.” E eu fiquei muito sentido porque eu não fui chamado para depor. Elas escreveram o livro. Eu recebi o livro com a dedicatória da Dona Vera, esposa dele... Ela me mandou um livro! José

Bonifácio e tal... De vez em quando, eu vejo esse livro e me dá tristeza, porque eu tenho algumas coisas para contar. Assim... lembrando de alguma coisa.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – O senhor falou uma tristeza. Então vamos falar agora de uma alegria.

O SR. SYLVIO RÔMULO GUIMARÃES DE ANDRADE – Alegria? Uma alegria bem grande?

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Bem grande.

O SR. SYLVIO RÔMULO GUIMARÃES DE ANDRADE – Foi no dia que eu tomei posse. Por quê? Eu tinha dez anos e oito meses de Exército e eu queria fazer carreira militar. Mas eu sou de origem pobre. Não é humilde, não, porque papai teve alguma coisa e depois perdeu. E eu trabalhei muito, lutei muito. E tem uma coisa gozada na minha vida: eu não posso brigar com ninguém. Se eu brigar, eu apanho porque eu não sei brigar, mas se a pessoa me der um pontapé, ah, eu vou na altura do céu, eu viro gente. E foi assim que eu fui fazendo minha vida. Eu tinha quatorze anos de idade... e eu tenho um irmão que é dois anos mais velho do que eu. E nós éramos colegas de sala! Na quarta série ginásial, com quatorze anos de idade! Papai, que estava nessa fase ruim, só comprava um livro de cada matéria. A gente estudava de manhã. Chegava em casa, almoçava e de tarde ia pegar um livro para ler. O meu irmão, dois anos mais velho que eu, mais forte, pegava o livro e ficava lendo. Os meninos de rua lá para as quatro ou cinco horas: “Vamos jogar bola! Vamos jogar bola!” E ele liberava o livro para mim... Eu não queria o livro! Eu queria jogar bola! Então, chegava nas provas, ele tirava oito, eu tirava seis; ele tirava seis, eu tirava quatro. Minhas notas eram horríveis. Por mais que eu me esforçasse, eu não ia conseguir. E o papai sempre me chamava a atenção, e a minha irmã mais velha, a Maria Teresa, que eu adoro hoje – coitada, ficou viúva há pouco tempo – é quem comandava, mandava na gente: “Papai, ele foi jogar bola. Ele estudou.” Aí tinha um seriado no cinema, “O Homem de Java”, que voava e tal – depois eu fiz questão de conhecer Jacarta. Eu fui em Jacarta para saber se lá tinha mesmo um homem que voava, fui na Indonésia. Mas, aí, eu queria ir no seriado. Pagava 500 réis para o cinema – no bonde eu ia com passe escolar se quisesse. Aí eu disse: “Papai, sábado eu quero ir ao cinema.” “Está bem.”

Quando foi no sábado, fiz o milagre de tomar banho – acho que até escovei os dentes e penteiei o cabelo. Fui lá: “Papai, eu quero 500 réis para ir ao cinema.” Estava terminando o ano. Ele disse: “Você não vai não.” “Mas por quê, pai?” “O boletim do colégio chegou, suas notas estão muito ruins.” Eu fiquei assim parado. Ele chamou o

Paulo: “Paulo, está aqui dois cruzeiros para você ir no cinema passear.” O Paulo: “Eu vou dar ao Sylvio...” “Você não pode dar o dinheiro ao Sylvio.” Eu virei para o meu pai: “Papai, foi a última vez que nós tratamos assunto de dinheiro.”

Tomei segunda época em duas matérias e fui trabalhar para arrumar um dinheiro para pagar o colégio. E fui trabalhar numa fábrica de bala. Chegava lá às 7 horas da manhã e ia lavar aqueles tachos imensos. O Colégio Anchieta era um colégio chique em Belo Horizonte, onde eu estudava. Chegava lá de noite, sujo de carvão. No fim do mês, o cara falou que ia me dar 100 cruzeiros. Eu tinha que pagar 220 ou 230 no Colégio Anchieta. Eu vinha voltando triste, tinha saído da tesouraria do colégio, com 100 cruzeiros que eu tinha ganho do mês todo de trabalho na fábrica de bala. E tinha uma reunião assim... E o dono do colégio, o diretor do Colégio, era o Dr. Nilton de Paiva Ferreira. Eu toda vida fui assim meio atirado – tinha levado esses pontapés todos, não é? Entrei na sala dele e falei: “Dr. Nilton, o senhor tem que me ajudar.” “Que você quer?” “Eu tomei segunda época, briguei com meu pai por causa de dinheiro e tal.” “Que série você está fazendo?” “Quarta série.” “Quarta série?” Eu era pequenininho: “É.” Chamou o cara, o tesoureiro: “Chama o tesoureiro aí.” O cara foi lá chamar o tesoureiro. “Dá a ele o recibo.” O cara falou: “Do mês?” “Do curso, da recuperação toda.” “Mas, Dr. Nilton, eu não tenho dinheiro para pagar um mês. Vou pagar os dois meses?” “Quando você puder, você me paga. Vá fazer.”

Eu terminei o ginásio assim, mas não voltei para a fábrica de bala, não, porque fui preso. Fui entregar bala na rua e a fábrica era clandestina, não tinha nota fiscal, a polícia veio e me prendeu. Aí eu falei: “Não posso ficar assim preso.” Saí. E eu trabalhei em fábrica de calçado, tecido, fiação. A fábrica de fiação de tecido era em Varginha e eu morava em Belo Horizonte. Pegava o ônibus em Belo Horizonte, almoçava em Oliveira, dormia em Lavras. No outro dia, o ônibus seguia o caminho para chegar em Varginha para trabalhar. Trabalhei lá por uns dois meses. Não estava dando: gastava o dinheiro todo para dormir e para comer no caminho, o dinheiro que eu ganhava na fábrica. Mas aprendi alguma coisa lá. Aí voltei para Belo Horizonte. Meus tios eram bancários, meu pai era bancário. “Vocês tem que me ajudar aí.” Aí meu tio leu um anúncio no jornal: Mobiliadora do Centro precisa de menino esperto para fazer o serviço de rua e coisa e tal. Aí eu peguei o bonde – era na Rua Tupinambás e o bonde Carlos Prates, onde eu morava, passava lá. Cheguei na Rua Tupinambás. Parei lá na Rua Tupinambás. Uma fila de meninos que passava no outro quarteirão! Tinha uns duzentos meninos na fila. Eu fui andando, fui andando para achar o fim da fila. Cheguei numa loja de aparelhos cirúrgicos. Trabalhava lá um rapaz que jogava futebol comigo que se chamava Valdir. “Valdir, o que você está fazendo?” “Eu trabalho aqui.” “Aí não tem vaga, não?” “Não. E o que

você está fazendo nessa fila aí?” “É que a Mobiliadora do Centro pediu um menino para trabalhar e eu sou candidato.” “Mas tem duzentos na sua frente!” “Você pode me ajudar?” “Posso. Vem comigo.” Aí eu fui. Ele conhecia um funcionário da Mobiliadora. Bateu na porta: “Fulano está aí?” “Está.” O cara veio, abriu a porta e nós entramos. Ele fechou a porta. “Não, não pode!” “Não, não, ele quer só fazer uma reclamação de uma compra que a mãe dele fez.” Levou-me no gerente da Mobiliadora. Dr. Leon, era judeu. Leon. Aí ele falou: “Inventa uma história aí.” E nós subindo a escada para chegar no escritório. E eu cheguei e: “Eu sou candidato ao cargo.” “Vai entrar na fila!” “Se eu fosse bobo, eu entrava na fila. Se o senhor está precisando de menino esperto... Esperto não entra em fila. E vou fazer uma proposta para o senhor: eu trabalho uma semana de graça (falar isso com judeu, hein?), eu trabalho uma semana de graça. No fim da semana, se eu prestar, eu fico. Se eu não prestar, o senhor me manda embora e não paga nada.” “Fulano, pega o nome de uns quatro ou cinco meninos aí, bota o nome deles aí e manda o resto embora. Já tem um cara que está fazendo um teste.”

E me apresentou a um rapaz chamado Emir Mungo. O Emir foi me ensinar o serviço que era para fazer. Tinha que ir lá na Floresta levar as duplicadas para o Isaac Golger, aquele judeuzão velho, assinar; tinha que juntar aquilo tudo, aqueles borderôs e levar no banco – fazer serviço de banco. Às seis horas, pegava as cartas e ia no correio – botar as cartas no correio. O Emir dizia: “Você leva isso tudo que eu vou para o banco, o Banco Industrial de Minas Gerais. Eu vou trabalhar no banco... Eu vou trabalhar no banco.” Ficou lá uns três ou quatro dias comigo. De vez em quando, eu tinha que ir no Banco Industrial levar aqueles borderôs, aquelas duplicatas, aqueles negócios. E ele fazia questão de ir ao balcão me receber e me gozar – mais um pontapé no Sylvio, não é? “Você trabalha de oito ao meio-dia e de uma e meia às seis e ganha 450. Eu trabalho de dez para o meio-dia à dez para às seis e ganho 500 limpinho.” Eu falei para ele: “Um dia vou ser seu colega no banco.” Era o que eu podia responder. “Você não tem competência, tem que fazer concurso.” Um dia, quando ele falou, eu disse que eu ia fazer o concurso. “Quem faz o concurso desse banco aí?” “Meu cunhado, ele é chato para burro, fica aqui no segundo andar. Como é que ele se chama?” “Chama-se Luís.” “Eu vou lá agora.” Subi e falei com um tal de Luís. Eu quero fazer concurso para ser funcionário do banco. “Quantos anos você tem?” Disse que 15. “Tem carteira de trabalho?” “Tenho.” “Você trabalha?” “Trabalho. Eu trabalho na Mobiliadora do Centro. Eu estava substituindo o Emir num serviço lá.” “Você sabe datilografia?” “Mais ou menos.” Sabia nada. “Você tem boa redação?” “Tenho o quarto ano do ginásio.” “Você sabe o processo hamburguês?” Se perguntasse hoje, parecia sanduíche, não é? Falei: “Posso aprender.” Então,

me deu um papel dizendo que eu tinha que fazer uma prova de datilografia, uma prova de conhecimentos bancários, noções de contabilidade, processo hamburguês e redação. Botei aquele papel debaixo do braço e fui embora.

À noite fui para a casa dos meus tios, da minha avó. Tio Hallan era muito competente, muito jeitoso. “Tio Hallan, o senhor acabou de ser nomeado meu professor.” “O que você quer?” “Eu vou fazer concurso para o banco.” “Mas já?” “Já! Me oriente. O que eu preciso? Vou ter que dar um jeito nessa datilografia, o resto o senhor me ensina.” Ele falou: “Ensino!” Ele começou a me ensinar os princípios de contabilidade para fazer os lançamentos bancários e o processo hamburguês, que é uma contagem de números para cálculo de juro. Naquele tempo, fazia-se depósito no banco, o banco pagava um juro pelo depósito que se fazia. Essa contagem de números era sair contando diariamente. No fim, tinham-se aqueles números, pegava-se uma tabela chamada Vicélia, em homenagem à Vilma e à Célia, que eram filhas de dois funcionários, que eram colegas desse meu tio, fizeram uma tabela que dizia o juro e a cota. A cota era como a CPMF hoje. O banco creditava o juro de acordo com a conta corrente. Conta popular, 6%, não sei o que... Não precisava fazer cálculo, o cálculo estava feito. Eu aprendi a fazer, com ele, aqueles lançamentos e o processo hamburguês.

Tio Hallan, muito caprichoso, me deu cinco ou seis modelos de carta. Um modelo de carta era um banco agradecendo a uma pessoa que tivesse que abrir uma conta, um depósito inicial no banco: como fazia, como redigia isso. Mas estava faltando a datilografia. Ele falou comigo assim: “A Dona Iracema tem uma escola de datilografia na Rua Guarani e ela é sua conterrânea.” “Ela é de Manhumirim?” “É.” “Uai! Então acabou com a cidade, eu saí de lá e ela saiu também...!” Brincando. “Vai lá.” Aí, fui à Dona Iracema. “Que horas você pode estudar?” “A hora que a senhora mandar.” “A partir de 8 horas da manhã até 8 horas da noite a escola está aberta, Sylvinho, você pode vir a hora que você quiser. Conheço seu pai, sua mãe, seu avô. Pode vir aqui.” “Quanto é que eu vou pagar?” “Você tem dinheiro para pagar?” “Tenho não, senhora.” “Então não tem que pagar.” E eu explorei a Dona Iracema. Eu ia para lá e almoçava lá, não é? Era na Rua Tupinambá, quase esquina com Guarani, que era Mobiliadora do Centro. Eu andava três quarteirões e chegava à casa dela. Meio-dia eu saía para almoçar, meio-dia e cinco eu estava na casa dela. Sentava, almoçava, ia para a máquina – “toc-toc-toc-toc” [barulho com os dedos] – e ficava quase até a hora de voltar para trabalhar. Mande o dedo na máquina! Aprendendo. E... de vez em quando passava pelo banco. Um belo dia, passei, o Emir virou e disse: “E aí, cara, você é papudo, hem? Você disse que ia fazer o concurso para o banco e fez coisa nenhuma, não é? O que é isso cara? Aqui dentro só entra competente.”

Eu disse: “Vou subir agora, de novo, para marcar a prova!” Subi lá e falei com o tal Luís, que era cunhado dele. Eu estava ruim de datilografia, mas nas outras matérias eu estava bem. “Estou para fazer prova.” “Você pode vir amanhã?” “Posso.” “Venha amanhã às duas horas.” Aí, na Mobiliadora, pedi: “Oh! Amanhã de tarde quero uma folga, tenho um assunto para resolver.” “Tá bem.” Cheguei lá às duas horas e ele me deu um papel. “Você vai escrever uma carta para uma pessoa, um nome fictício, agradecendo um depósito inicial no banco.” Eu sabia aquele trem de cor, sabia de cabeça para baixo. Caprichando na letra, escrevinhei a carta lá. Ele leu. “Bom, bom, muito bom! Esse moço fez um depósito inicial de tantos cruzeiros, não sei o que e tá, tá, tá e pereré... Sacou não sei o que, mandou fazer uma ordem de pagamento não sei das quantas e pó, pó, pó, pó, pó, pó,.... Faz esses lançamentos aí!” “Então, me dá uma ficha de contabilidade.” Ele me deu. Ali havia os lugares direitinho e fiz os lançamentos. “Ué, você não vai fazer o processo hamburguês?” “Vou.” Saí contando os números. Aquilo eu sabia de cor. Aí, ele olhou, pegou aqueles papéis e falou comigo: “Ponha o papel na máquina”. Eu pus. Me deu umas três folhas de papel e disse: “Você vai datilografar vinte minutos, está bem?” “Sim, senhor.” Saiu da sala e foi mostrar minha prova para o chefe dele. E eu: “toc, toc, toc, toc.” Eu não tinha relógio, como eu ia saber o que eram vinte minutos? Desonesto eu não fui. Cansei e parei. Bati umas duas páginas. Cansei e parei. Aí, ele chegou. “Nossa, vinte minutos?” “É.” Correu para o chefe. “Você pode começar a trabalhar amanhã? O chefe de expediente está precisando de um datilógrafo igual a você.” “Não, você tem que me dar pelo menos três ou quatro dias, porque eu tenho que pedir dispensa do outro emprego.” “A hora que você quiser. Você começa na hora que você quiser.”

Minha primeira carteira de trabalho foi assinada nesse banco, no dia 1º de abril de 1952. De lá para cá, nunca deixei de pagar a Previdência. Deixei de pagar agora que aposentei, mas depois continuei pagando, porque trabalhei em muitos lugares. Escrevi uma carta para o Lula dizendo isso, que já paguei a Previdência por 46 anos e ele quer que eu pague mais. Pago. Mas cobrar de quem aposentou por invalidez? Cobrar de quem, depois de aposentado, foi acometido de uma doença insidiosa? Ah! É covardia! Não é? Eu não vi se está dispensando; ainda não. Falei com o deputado para fazer uma emenda, não sei se fez.

Então, fui levando pontapé. Fui para o banco e lá fiquei. “Ah! Agora sou Bancário!” De meio-dia às seis, está bom demais. Quis voltar a estudar de manhã, fui pelejando, tal. O Exército me pegou, fui convocado pelo Exército. Chegou um dia, falaram que havia prova para fazer concurso para cabo. “Você não vai, não! Porque você não presta.” Eu trabalhava com um moço, o coronel Olímpio Mourão Filho, que depois foi o general que fez a Revolução. Eu ia à farmácia, comprava Melhoral e dizia: “Sua

mulher mandou o senhor tomar Melhoral, coronel, está na hora.” Eu é que dava o Melhoral para ele tomar. Aí, falei: “Coronel, o capitão falou que eu não vou fazer prova para cabo.” “Por quê?” “Falou que eu não presto.” “Você vai fazer e vai tirar o primeiro lugar para mostrar para ele que você é competente.” Aí, fui lá, fiz e tirei primeiro lugar no curso de cabo. Aí, curso de sargento. “Não! Você nunca fez acampamento.” “Eu faço.” Fui fazer acampamento, fui aprender a dar tiro na tropa. E veio o curso de sargento. Um dia, um cara maluco disse: “Vocês da burocracia – porque eu era da burocracia – não prestam. Vocês vêm tomar tempo da gente. Você vai fazer a prova?” Disse: “Vou.” Ele: “Ih...!” Aí, me aborreceu e eu tirei o primeiro lugar. E fui indo. Então, eu queria fazer carreira militar.

A senhora perguntou sobre um momento meu de alegria. Eu estava com oito para nove anos de serviço quando houve a possibilidade de os sargentos... [prestarem concurso para formação de oficiais do Exército]. Um ano de serviço militar e oito anos engajado, já sargento. Eu estava pronto para ser promovido a segundo sargento quando vim embora para a Câmara. Aí, com oito para nove anos de serviço já, comportamento excepcional, cheio de elogios, o diabo a quatro... Trabalhei em serviço secreto, trabalhei em muita coisa no Exército... Aí, veio uma possibilidade de fazer prova para Agulhas Negras. Embora fosse sargento, embora fosse casado, podia fazer prova para Agulhas Negras, para fazer Intendência, para ser intendente. Eu era classificado como contador na repartição. Fiz. Eu fiz. Peguei o programa do concurso e fiz a matéria. Fiz! José Botelho leu isso. O José Botelho, que foi diretor do Departamento de Pessoal até há pouco tempo. Meu grande amigo, estive com ele semana passada. Fiz todas as questões de contabilidade, e dava aula para os colegas. Todo mundo falava assim: “Uma vaga é do Andrade.” Meu nome de guerra era Andrade. “São cinco vagas da região, nós todos disputamos as outras quatro.” Eu era bom em Português, excelente em datilografia, em todas as matérias que caíam eu estava afiado. Veio um coronel maluco e me prendeu no dia em que iria viajar a Juiz de Fora para fazer a prova. Eu iria viajar no sábado, ele chegou e me prendeu sem motivo. Motivo havia porque o filho dele foi cabo no tempo em que eu era soldado. O filho dele era bom rapaz e tudo. Eles andaram perseguindo o filho dele. Ele veio para repartição só para responder... Porque o nosso comandante havia tirado férias e ele veio para responder. Ele queria fazer alguma sujeira, porque ele só sabia fazer sujeira. E me prendeu. Eu não pude fazer a prova.

Tenho dois colegas – um aposentou-se, foi para a reserva como coronel e outro foi para a reserva como major –, que dei aula para eles. Eles foram, fizeram e passaram. Mais um chute, não é? Mais uma humilhação, não é?

Eu cheguei em casa, a minha mulher virou para mim e falou assim: “Você vai morrer sargento?” É ruim. “Não, minha filha, não vou.”

O José Botelho estava se inscrevendo para fazer o concurso para a Câmara de oficial legislativo. Eu disse: “Vou fazer também.” O Hargreaves é que tinha mandado os prospectos para nós. O Hargreaves era procurador do Botelho. Aí, nós metemos os peitos nos livros para fazer o concurso, em 1963.

Aí teve a revolução dos sargentos aqui... a Revolta dos Sargentos da Aeronáutica. Mataram um sargento ou um tenente – uma coisa assim, eu não sei o que foi. Ficamos proibidos de viajar e perdemos a prova. Já estávamos na oitava ou nona prova. Eu, com um sacrifício desgraçado!

Bom, aí já estava com dois filhos, e veio o concurso para auxiliar legislativo. Falei com o Botelho: “Não sei quantas vagas são, mas são duas a menos: uma é minha, a outra é sua. Nós vamos passar nessa ‘porqueira!’”

[pausa]...Estou ficando emocionado, não é?

Aí começamos a estudar. Passei por tanta dificuldade! O ônibus levava quatorze horas, parava nos pontos de parada para o café e, às vezes, não tinha dinheiro para tomar um cafezinho. Quando chegava aqui, meu irmão me pegava na rodoviária, levava para a casa dele, trazia para a Câmara, levava de volta para a casa dele para almoçar. E eu pegava o ônibus para ir embora. Chegava lá, corria para o quartel para vestir a farda do quartel e trabalhar... responder chamada.

Minha filha teve... minha filha era pequenininha, caiu da cadeirinha e bateu a cabeça no chão no dia que eu ia pegar o ônibus para viajar para cá e fazer prova. [pausa] Saiu o resultado: [emoção] eu tirei o quarto... segundo em datilografia, quarto geral. Eu peguei o Diário Oficial e fui nesse coronel, atrás dele. Ele era tenente-coronel quando fez essa sujeira comigo. E era coronel e estava no 12RI [12º Regimento de Infantaria]. Peguei o Diário Oficial: “Lê aqui, coronel, o resultado do concurso da Câmara. Eu quero agradecer ao senhor, o FDP que o senhor é. O pontapé que o senhor me deu é esse aqui! Eu não vou morrer sargento!”

Aí, tomei posse aqui. 18 de agosto de 1964. Daqui a 11 dias faz 39 anos.

O que eu queria? Eu queria trabalhar! O que eu queria? Eu queria progredir! Puxa! Eu fiquei assustado com o que era a Câmara! Eu só ouvia falar de longe, não é? Deputado, Excelência, não é? Eu não acreditava quando entrava aqui dentro para

trabalhar. Aí eu pensava, cada dia que eu entrava aqui: “Eu vou ser alguma coisa aqui dentro. Vocês vão ter de me tolerar.”

Eu só me aposentei – porque a família não queria que eu me aposentasse – eu só me aposentei no dia 4 de novembro de 1987 porque no dia 4 de novembro de 1987 – no mesmo dia – fui nomeado chefe de gabinete de ministro de Estado, que era o deputado Prisco Viana, que tinha sido líder do PDS. Foi nomeado ministro e convidou-me para ir para lá. E o líder, naquela época, era até o Amaral Netto...

O SR. SYLVIO RÔMULO GUIMARÃES DE ANDRADE – É, o Ministério de Habitação e Desenvolvimento Urbano.

Eu fui... eu tenho a fita lá em casa da posse. Eu fui. Eu fiz questão absoluta de dizer na posse: “Eu sou o representante da Câmara aqui, eu sou o representante do quadro funcional da Câmara.” E a fotografia está ali. O convênio habitacional aqui estava vencido, não tinha dinheiro, a Caixa Econômica não queria, a Câmara não... Eu lutei até fazer! Está aí a fotografia. Ulysses Guimarães, o presidente da Caixa Econômica Federal e o ministro, assinando aqui, no Nereu Ramos, renovando o convênio de habitação para funcionário da Câmara.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Convênio entre a Câmara e a Caixa Econômica?

O SR. SYLVIO RÔMULO GUIMARÃES DE ANDRADE – É, Caixa Econômica. Nenhum funcionário, nenhum... Não tem um funcionário, que seja grande ou pequeno, que tenha ido ao ministério e que não tenha falado comigo. Uma vez eu ri muito porque chegou lá... telefonou e disse: “Que horas você está aí?”. Eu disse: “Eu fico aqui à noite.” Ele: “Ah...!” Passou na porta do ministério, dez horas da noite, viu luz acesa, subiu, e eu estava trabalhando. “Ô, Sylvio, vou convidá-lo para jantar”. “Jantar, não! Você vai me convidar para almoçar porque eu não almocei ainda...”

Um dia, chegou... A Caixa Econômica abriu um sistema de financiamento especial para habitação. Você tinha de fazer um pequeno depósito. Abrir uma conta, fazer um pequeno depósito, provar que não tinha habitação, e a Câmara financiava para ele comprar, inclusive. Comprar... para comprar. Habitações humildes até, não é? O sujeito chegava lá... juntou o pai, a mãe, o tio, não sei quem, arrumou um dinheiro para fazer um depósito... Mas faltava um papel, um não sei o quê... O cara lá de Belém do Pará. E o funcionário da Caixa era burocrata: “O processo não está completo”.

Um dia chegou um rapaz para mim, com a mulherzinha dele barriguda, grávida. De Roraima – sei lá de onde era –, lá do Norte, e não tinha conseguido falar com ninguém no ministério. Chegou para minha secretária, chorando. Ele com a mulher, e – eu, por acaso, saí na porta – eu disse: “Por que esse cara está chorando aí? Vem cá, senta aqui. Entra na minha sala, senta aí! Toma um copo de água, toma um café e nós vamos conversar. Você está chorando porque não conseguiu isso? Ah, vai conseguir.” Empenhei-me pessoalmente, e ele comprou o apartamentozinho dele. Um dia, recebo uma visita de uma senhora escura, humilde, beijou minha mão: “Eu rezo para o senhor todo dia”. Era a mãe dele.

Eu estou vivo porque o capeta não gosta de mim. Se gostasse, já tinha me levado. Eu já mexi cinco vezes no coração: eu já fiz três cateterismos, uma angioplastia e uma cirurgia. O ano passado, eu tirei um câncer no rim. Estou aqui brincando e rindo.

Esse pontapé do coração, esse pontapé do rim, é pouco para mim. Eu sou da Câmara! [pausa] Essa é a alegria, não é? Que alegria esquisita! Por que a senhora perguntou. Foi a posse na Câmara!

A vida da gente é muito gozada. Um dia, eu sofri uma decepção muito grande. Como eu trabalhava muito, eu vivia contando o tempo para aposentar. Como eu entrei para o serviço militar no dia 7 de janeiro de 1955, e vêm os anos bissextos, não é, vai regredindo a data para o 6, para o 5, para o 4. Eu fiz a conta, acho que foi 1982... eu fiz a conta, 1982 ou 1983, davam os 35 anos, contando com as licenças. Pensei: “Puxa, eu estou fazendo 30 anos de serviço federal, tenho 2 de banco, 32, com 3 de licença, 35. Eu posso aposentar-me.”

E sempre eu falava que, quando eu me aposentasse, eu iria embora de Brasília, iria para uma cidade de praia, não sei o quê, e tá, tá, tá.. Foi nascendo filho aqui, foi crescendo a família, e eu não estava me dando conta disso. E sempre brincava, porque ia muitas vezes a Belo Horizonte: pegava os filhos na sexta-feira, colocava no carro e voltava no domingo. Ia mesmo, essa estrada eu conhecia muito. Meu cunhado tinha um sítio na entrada de Belo Horizonte, eu tinha a chave de lá, eu ia para lá. Dirigia a noite inteira, amanhecia o sábado, ia fazer churrasco, os parentes iam me ver, e eu vê-los também e tal. E eu, nesse dia, queria fazer uma surpresa; era 27 ou 28 de dezembro. Coloquei um champanhe para gelar... O champanhe deveria ser para o réveillon, mas antecipei o uso dele. Coloquei o champanhe para gelar, fui na varanda, coloquei champanhe, coloquei taça, chamei minha mulher e os quatro filhos. “Pai, está comemorando o quê?” Tinha um bem pequenininho, o Glauco. Tinha dois anos, dois anos e pouco, não contava muito. Mais os outros três e a

mulher... colocando champanhe na taça. “O que foi, pai?” “Tempo para aposentar.” Eles pensaram que eu ia aposentar-me e não que eu estava conseguindo a minha “carta de alforria”: eu sairia da “senzala” a hora que eu quisesse. “Não, ele quer ir embora, ele quer fugir, vai deixar a gente aqui”. Ninguém bebeu. Eu fiquei com a minha taça de champanhe na mão, e ninguém bebeu. “Não, não”. “Mas, gente, eu estou completando tempo para aposentar. O sonho do funcionário que trabalha não é aposentar com saúde?” E eles: “Não, não, não”. Ninguém... ninguém bebeu, foram embora para dentro de casa, e eu fiquei, bebi o champanhe todo de raiva. E continuei trabalhando.

Quando veio convite para eu ir para o ministério, eu chamei minha mulher, chamei meus filhos, falei: “Prisco Viana acenou com a possibilidade de me levar para o Ministério, eu não sei o que eu vou ser lá. Mas, se eu for, eu vou aposentar, por respeito aos meus colegas. Eu não quero voltar... Ficar lá um ano, dois anos, três anos, voltar e tomar o lugar de alguém.” “Puxa! O Sylvio está sem função? Vamos colocar ele não sei onde... Vão tirar alguém, não é? Eu não quero voltar. O dia que eu voltar para a Câmara vai ser para passear, ou para exercer uma função ou cargo em comissão. Cargo de carreira, não. Vou me aposentar.” Por isso, eu me aposentei. Só por isso! Porque eu não queria ocupar o lugar de ninguém quando eu voltasse. Como já vi muitos colegas que tinham ido para fora e voltado, não é? Fica penando pelos corredores, fazendo serão no Salão Verde. Acho meio complicado. E aí, então, eu resolvi aposentar-me. Aposentei-me e fui para o ministério, fui trabalhar um pouco lá, com o Prisco Viana.

A senhora quer que eu conte mais algum caso?

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Quero.

O SR. SYLVIO RÔMULO GUIMARÃES DE ANDRADE – Tenho de contar um caso alegre agora, não é?

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – É.

O SR. SYLVIO RÔMULO GUIMARÃES DE ANDRADE – [pausa] Vou ver se eu lembro um interessante aqui.

Ah! A dificuldade de a gente trabalhar em uma casa igual à Câmara, casa política, não é? Por quê? Você tem hoje quinhentos e tantos patrões, não é? O sujeito chega e... Num determinado período aqui, na Câmara – você vai ver que é muito difícil – o deputado, lá fora, não valia nada. Ele só mandava um pouquinho de coisa aqui, dentro da Câmara. Saía daqui, não mandava nada. Era muito desvalorizado.

E esse problema que você, às vezes, em algum cargo importante... Eu era chefe de gabinete da Liderança do PDS, e o líder era o deputado Prisco Viana, que é um homem muito sério. Eu era o chefe de gabinete dele, e sempre chegava lá alguém querendo falar com ele, um jornalista, tal... E ele era muito sério, muito contido. O Prisco é muito contido, muito sério. E tinha um jornalista que, todo dia, chegava para assistir ao Jornal Nacional, às 8h da noite, no gabinete. Ligava a televisão, via o Jornal Nacional e fazia o comentário com o Prisco. Todo dia, esse rapaz ia. Gente amiga do Prisco. Um belo dia, o Prisco chegou para mim e me deu uma ordem. Eu ainda tenho um rançozinho de milico. Dez anos não saem da “cacunda” da gente, assim, com muita facilidade... casca grossa, não é? Aí ele chegou para mim e disse: “Não estou para ninguém”. E entrou no gabinete e encostou a porta, fechou a porta. Estou lá trabalhando, e esse jornalista chegou e disse: “O Prisco está aí?” Se eu falasse com ele que não estava e, daqui a pouco, ele encontrasse com o Prisco, o Prisco falava: “Por que você não foi lá?”. “Eu fui, o seu chefe de gabinete é um mentiroso porque você estava e ele disse que você não estava”. Se eu falo que está, eu estou desobedecendo uma ordem do líder. Esse cara mete a mão, entra pela porta, ele vai atender, como educado que é e, com toda razão vai me chamar e dizer: “Você é um burro, você não entendeu o que eu falei? Eu falei grego?”. Não é? Ou de um jeito que, às vezes... “Você não é meu amigo, você não presta para trabalhar comigo”. Não é? É a nossa dificuldade. E o cara insistiu: “O Prisco está aí?”. Aí respondi: “Está, mas não está.” A gente vai aprendendo, não é?

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Dr. Sylvio, queria agradecer ao senhor pela atenção. Por tantas informações que o senhor nos passou. Muito obrigada.

O SR. SYLVIO RÔMULO GUIMARÃES DE ANDRADE – NÃO SEI SE VAI SER DE alguma utilidade, não é? Para a comissão...

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Vai, sim. O nosso projeto vai ser muito interessante.

O SR. SYLVIO RÔMULO GUIMARÃES DE ANDRADE – O tanto de coisa que eu falei aqui, no aniversário... é 180 anos, não é?

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – É, 180 anos.

O SR. SYLVIO RÔMULO GUIMARÃES DE ANDRADE – Eu tenho a medalha do sesquicentenário da Câmara e tenho a medalha do sesquicentenário do Poder Legislativo também. Eu tenho.

A senhora perguntou de alegria, não é? Essa alegria foi porque eu tive outra alegria grande. Foi o reconhecimento que eu tive, mas não é ligado à Câmara, foi quando o governador Hélio Garcia mandou que eu fosse condecorado com a medalha de Tiradentes.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Para um mineiro, não é?

O SR. SYLVIO RÔMULO GUIMARÃES DE ANDRADE – Eu tenho a de Tiradentes e a de Santos Dumont, eu tenho as duas, dadas pelo governo de Minas e pelo Ministério da Aeronáutica.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Muito obrigada.

O SR. SYLVIO RÔMULO GUIMARÃES DE ANDRADE – De nada, eu estou às ordens.